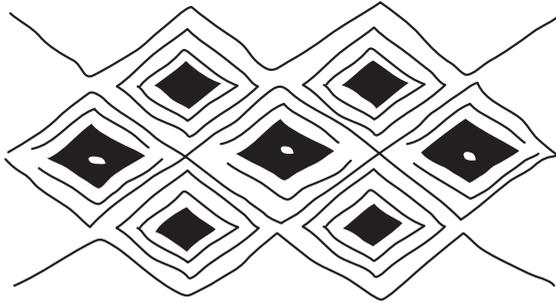




Governança Territorial Indígena na América Latina







Governança Territorial Indígena na América Latina



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



**F O R E S T
T R E N D S**





Conteúdos

Textos:

Membros do Consorcio de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Locais e Florestas*, aliados e colaboradores

Organizador:

Marcio Halla – Forest Trends

Consultor técnico editorial:

Ciro Calderón

Tradução:

Lorena de Oliveira

Arte: Ecotoré Serviços Socioambientais

Ilustração:

Lica Donaire

Desenho e montagem:

Fernanda Castanho

Realização:

FOREST TRENDS

Apoio:

USAID

* Membros do Consórcio de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Locais e Florestas: Forest Trends, Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas - AMPB, Coordenadora de Organizações Indígenas da Cuenca Amazônica - COICA, Earth Innovation Institute- EII, EcoDecisión, Environmental Defense Fund - EDF, Gamebey - Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia - IPAM, PRISMA y Pronatura Sur.





“Esta publicação pode ser reproduzida na íntegra ou em parte para qualquer forma com fins educativos ou sem fins lucrativos, sem necessidade de permissão especial do titular dos direitos de autoria, sempre que a fonte seja devidamente citada. Entretanto, o Forest Trends gostaria de ser informado e receber uma cópia de qualquer publicação ou menção que utilize a presente publicação como fonte, ressaltando ainda que é vetado seu uso comercial sob qualquer pretexto.

“Esta publicação é possível graças ao generoso apoio do povo estadunidense através da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Os conteúdos são de responsabilidade do Forest Trends e não refletem necessariamente as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.”







Índice

Prefacio.....	09
<i>Beto Borges – Forest Trends</i>	
Apresentação.....	16
<i>Márcio Halla- Forest Trends</i>	
Introdução.....	21
<i>Edwin Vázquez - COICA</i>	
<i>Arildo Gapame Surui – Asociación Metareilá</i>	
1. Planos de Vida.....	25
a. Planos de vida: um encontro de saberes para o Bem Viver e a Governança – Forest Trends	
b.O caso de Amarakaeri, Madre de Dios, Peru	
<i>Walter Quertehuari – ECA Amarakaeri</i>	
2. Economia Indígena.....	34
a. As duas esferas da Economia Indígena	
<i>Marcio Halla – Forest Trends</i>	
b. O Sumak Kausay: uma visão de vida da nacionalidade Kichwa	
<i>Félix Alfredo Vitery Gualinga – Kichwa Runa de Pastaza</i>	
c. Empresas Indígenas podem contribuir com a proteção dos milhões de hectares da selva amazônica	
<i>Jacob Olander, Gabriela Albuja, Kevin Moull, Chris Meyer, Juliana Splendore y Karina Bautista – EcoDecisión y EDF</i>	
3. Controle e Vigilância Territorial	52
a. Aspectos gerais – Forest Trends	
b. Caso 1 – Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas	
<i>Macedonio Cortave- ACOFOP</i>	
c. Caso 2 – Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas – Panamá	
<i>Cándido Mezua - Comarca Emberá Wounaan</i>	
d. Caso 3 – Proteção do Território Indígena Sete de Setembro	
<i>Arildo Gapame Surui – Asociación Metareila</i>	





4. Contribuição dos Territórios com Mínimo ou Nulo Desmatamento para a Mitigação das Mudanças Climáticas – TcMND	70
a. “Amazônia Viva, humanidade segura”	
<i>Joana Herrera y Pia Escobar – WWF Colômbia</i>	
b. O caso de Resguardo CMARI – Forest Trends	
5. Enfoque Jurisdicional.....	81
a. Enfoque Jurisdicional do Programa AIME - Forest Trends	
6. Programa de Formação em Governança Territorial Indígena - PFGTI.....	85
a. Territórios ancestrais em um mundo em transformação	
<i>María Fernanda Jaramillo – WWF Colombia</i>	
b. Sistematização das aprendizagens do Programa Sharon Olaya - OPIAC	
7. Mediadores Culturais.....	95
a. Programa de Formação de Mediadores Culturais em Mudanças Climáticas e Governança Territorial	
<i>Maria Barcellos – Forest Trends</i>	
b. A experiência do estado do Acre, Brasil	
<i>Mauro de Sousa Junior – Forest Trends</i>	
c. A experiência do estado de Rondônia, Brasil	
<i>Maria Barcellos – Forest Trends</i>	
d. Programa de Mediadores Culturais na Amazônia Colombiana	
<i>Belkys Herrera – OPIAC</i>	
e. Aproximação à proposta de Mediadores Culturais implementada em Chiapas, México	
<i>Cecilia Valencia – Pronatura Sur</i>	
8. Genero.....	115
a. Gênero e Governança Territorial - Forest Trends	





Prefácio

Segundo estudo da Forest Trends (White, 2012) se estima que seja de 60 milhões a população indígena vivendo nas florestas da América Latina, Oeste da África e Sudeste Asiático. As matas cobrem aproximadamente 30% da superfície da Terra e, por sua vez, a América Latina concentra 50% das florestas do mundo, sendo 23%, aproximadamente 435 milhões de hectares (RRI, 2015), habitados por povos indígenas e comunidades locais que as utilizam para sua sobrevivência, alimentação, saúde, moradia, fontes de renda e cultura. Assim, a conservação dessas áreas e o bem-estar de seus habitantes estão intrinsecamente ligados.

A presença destes povos vem mantendo as florestas conservadas devido às suas práticas de uso tradicional e sustentável. Desta forma, onde os direitos pela segurança territorial estão garantidos por lei, o desmatamento é controlado significativamente. Por exemplo, o World Resources Institute monitorou 12 anos de taxa de desmatamento no Brasil, Colômbia e Bolívia, concluindo que neste período a taxa de desmatamento foi de 2 a 3 vezes menor do que em outras áreas (RRI, 2015). Outro estudo, da Ecociencia, demonstrou que durante 15 anos 88% do desmatamento na Amazônia ocorreu fora dos territórios indígenas, onde a biomassa manteve-se em maior proporção (ECOCIENCIA, 2017).

Os direitos territoriais dos povos indígenas e comunidades locais são reconhecidos por importantes marcos legais e outros instrumentos. Em 1977, foi realizada a primeira conferência internacional entre populações indígenas, ONGs e Nações Unidas, na qual os grupos autóctones reivindicaram a designação específica de povos, e não de minoria étnica. Nos anos seguintes, a ONU publicou





a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas (UN, 2008) : e, em 1989, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011) estabeleceu que os povos indígenas devem ser respeitados por distinguirem-se em condições sociais, econômicas, políticas e culturais diferenciadas, por possuírem costumes e tradições próprias e descender de populações que já habitavam a região antes do estabelecimento das presentes fronteiras de Estados-nação. Desde então, os direitos territoriais dos povos indígenas vêm sendo reconhecidos em vários fóruns internacionais como nas Conferências das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Na COP de Cancun, em 2010, por exemplo, foram adotadas importantes salvaguardas, incluindo o respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e comunidades locais.

Além do direito territorial e da importância que as florestas representam para o bem-estar e cultura desses povos e comunidades, a conservação da floresta em pé, por sua presença e uso sustentável, traz benefícios importantíssimos para toda a humanidade. Os povos indígenas e comunidades locais são os principais guardiões dos serviços ecossistêmicos que as florestas proveem: biodiversidade, água e ciclos hídricos, conservação dos solos, e, especialmente, a regulação de gases que causam a mudança climática, entre outros serviços. Eles controlam aproximadamente 24% (54.546 MtC) de todo o carbono acima da terra nas florestas tropicais do mundo, uma quantia 250 vezes superior que o gás dióxido de carbono emitido por viagens aéreas no mundo em 2015 (RRI, 2016).

Apesar de sua visível contribuição para assegurar os serviços ecossistêmicos e evitar a mudança climática, na prática estes povos têm sofrido grandes pressões e violência





contra seus direitos territoriais, ausência significativa de financiamento direto para a garantia de seus direitos e governança territorial, e, ainda, insuficientes políticas públicas que reconheçam e assegurem seus direitos, sendo participativas e criando mecanismos que beneficiem o bem viver destes guardiões da floresta. Na região Amazônica, por exemplo, os territórios indígenas detêm 33% do estoque de carbono (WAYNE, 2014), mas estima-se que apenas 11% de todo o financiamento de REDD seja destinado a apoiar os povos indígenas, sendo que uma insignificante porção de 0.4% é recebida e administrada diretamente pelas organizações indígenas (EDF and REDDX, 2009 / 2013)

Diante deste desafio, em 2013 o Forest Trends formou um consórcio com 10 organizações e lançou o programa AIME (Ampliando a Inclusão e Mitigando as Emissões), financiado pela USAID, com o objetivo de contribuir com a governança territorial indígena e de comunidades locais, influenciar políticas públicas para o reconhecimento de direitos e repartição de benefícios e aumentar o fluxo de investimento e financiamento direto para organizações dos povos indígenas e comunidades locais no Brasil, Colômbia, Peru, América Central e México.

O “Consórcio de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Locais e Florestas” é composto pelo Forest Trends, Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas, COICA, Earth Innovation Institute, EcoDecisión, Environmental Defense Fund, Gamebey - Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, IPAM, PRISMA e Pro-Natura Sur. Durante 5 anos, o AIME contribuiu para o fortalecimento das capacidades de governança territorial para os povos indígenas e comunidades locais nesta região na América Latina, aumentando também sua participação direta na discussão de políticas públicas e acesso ao financiamento





climático, com o objetivo maior de assegurar o bem viver dos guardiões das florestas, além de mitigar as mudanças climáticas. Dessa maneira, o programa AIME conduziu uma série de ações para o fortalecimento da gestão territorial, incidência em políticas públicas e acesso a financiamentos.

Chegado ao fim de um ciclo intenso de trabalho de 5 anos, foram muitos aprendizados, desafios, realizações e alegrias. Um dos maiores legados do AIME é resultado de um trabalho multidisciplinar e participativo, tendo como base o privilégio de contar com a visão de autoderminação dos líderes das organizações indígenas e de comunidades locais que participaram ativamente nos trabalhos, renovando e fortalecendo estratégias para a gestão territorial integrada.

Este livro reúne muitos destes aprendizados e reflexões, cobrindo temas como planos de vida, economia indígena, controle e vigilância territorial, importância estratégica de territórios indígenas com nulo ou mínimo desmatamento, abordagens de intervenção ao nível jurisdicional e territorial, capacitação em gestão territorial indígena, mudança climática pela ótica das culturas indígenas e abordagens de gênero.

O trabalho em economia indígena, por exemplo, essencial para uma boa governança territorial, trouxe profundas reflexões quanto à necessidade da convergência e equilíbrio entre a economia interna das comunidades indígenas, a da reciprocidade, com sua economia externa, a do mercado. Até aqui, pudemos identificar a contribuição de empreendimentos de base florestal comunitários para a conservação das florestas na Amazônia. Das 126 iniciativas produtivas levantadas pelo programa, envolvendo 5 países e mais de 100 grupos indígenas distintos, 52% se situam dentro das fronteiras de áreas protegidas e 60 territórios





indígenas legalmente reconhecidos, uma impressionante área de aproximadamente 105 milhões de hectares.

Agradeço aos colegas do consórcio AIME por estes anos de trabalho e pela dedicação de todos, por podermos sonhar juntos, aprender, refletir e, certamente, dar alguns passos importantes em direção à tão necessária prática real do respeito aos direitos territoriais, inclusão e gestão territoriais e aos benefícios dos guardiões e guardiãs das florestas, que assegure o bem viver de suas comunidades e contribua para a mitigação e controle das mudanças climáticas. A conclusão do programa AIME não representa o fim deste sonho e deste trabalho, os desafios continuam seríssimos, mas cada vez mais homens e mulheres de bem somam-se na edificação dos direitos humanos, da conservação e da paz.

Assim, está feito o convite para a leitura deste livro e para juntos, continuarmos com esta bela caminhada em prol da vida.

Fraternalmente,

Beto Borges

*Diretor da Iniciativa Comunidades da Forest Trends e AIME
Chief of Party*





Referências:

- ECOCIENCIA. “La Contribución de los Pueblos Indígenas Amazónicos es vital para la estabilidad del clima mundial.” Disponível em: <http://ecociencia.org/wp-content/uploads/2017/03/Folleto-Proyecto-Territorios-Ind%C3%ADgenas-Amaz%C3%B3nicos.pdf> Acesso em novembro de 2018.
- Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf Acesso em novembro de 2018.
- RRI. Rights and Resources Initiative. Who Owns the World’s Land? A global baseline of formally recognized indigenous and community land rights. Washington, DC, 2015. Disponível em: http://rightsandresources.org/wp-content/uploads/GlobalBaseline_complete_web.pdf Acesso em novembro de 2018.
- RRI. RIGHTS AND RESOURCES INITIATIVE. 2016. Disponível em: <https://rightsandresources.org/en/global-baseline-carbon-storage-collective-lands/#.Wy1H8KdKiHs> Acesso em novembro de 2018.
- Sources: EDF and REDDX (www.reddx.forest-trends.org). Based on data from 32 REDD finance transactions funded by international governments in Brazil, Peru, Ecuador, and Colombia between 2009 and 2013.
- UN. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf Acesso em novembro de 2018.





- VEIT, Peter and DING, Helen. Protecting Indigenous Land Rights Makes Good Economic Sense. 2016. Disponível em: <http://www.wri.org/blog/2016/10/protecting-indigenous-land-rights-makes-good-economic-sense> Acesso em novembro de 2018.
- WAYNE, Walker et al, “Forest Carbon in Amazonia: The Unrecognized Contribution of Indigenous Territories and Protected Natural Areas,” Carbon Management, 2014
- WHITE, Andy and MARTIN, Alejandra. Who owns the World’s Forests? Forest Tenure and Public Forests in Transition. Forest Trends. Washington, D.C. 2002. Disponível em: <https://www.forest-trends.org/publications/who-owns-the-worlds-forests-forest-tenure-and-public-forests-in-transition/> Acesso em novembro de 2018.





Apresentação

Introdução





Apresentação

Este livro foi construído ao longo do quinto e último ano do Programa AIME para reunir e convergir diversas perspectivas sobre os temas chave da governança territorial indígena na América Latina. O desafio coletivo foi assumido pelas organizações membro, parceiros e colaboradores do Consórcio de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Locais e Florestas do Programa AIME, com o apoio da USAID.

Os vinte textos aqui reunidos são fruto de reflexões, experiências e aprendizados acumulados por organizações indígenas e ONGs parceiras, compartilhados entre seus líderes e equipes técnicas ao longo de dezenas de oficinas, intercâmbios, cursos e processos de formação e capacitação, representando um dos eixos em torno dos quais se estruturaram os três componentes do Programa AIME. A abordagem integrada com os outros dois componentes fortaleceu eixos estratégicos relacionados aos processos de incidência sobre políticas públicas e articulações com governos nacionais e subnacionais e, em outra frente, aos processos de interação com o mercado e fundos climáticos para assegurar a participação, o reconhecimento e o acesso ao compartilhamento de benefícios por parte dos povos indígenas.

Ao longo dos capítulos deste livro, a diversidade de olhares e abordagens sobre a governança territorial é promovida pela alternância entre autores indígenas, que lideram organizações como a COICA, AMPB, OPIAC, Associação Metareilá y ACOFOP, e autores com perfil técnico, das organizações parceiras e de apoio às organizações indígenas, como Forest Trends, Ecodecisión, EDF, Pronatura Sur e WWF.





Visando preservar a identidade linguística de cada autor, tanto na tradução como na revisão dos textos, optou-se pela manutenção dos traços próprios da influência de suas línguas maternas no uso do português, fazendo-se apenas pequenos ajustes com a finalidade de tornar o texto mais fluido ao leitor.

A leitura tem início com um olhar geral sobre a importância dos **Planos de Vida** como processo de afirmação cultural, social, política e econômica e instrumento de autonomia e autodeterminação, abordando o caso de ECA Amarakaeri, no Peru.

A inclusão dos temas econômicos nos Planos de Vida é uma condição essencial para a governança econômica territorial, que é abordada no segundo capítulo. As reflexões sobre as duas esferas da **Economia Indígena**, a da reciprocidade e a do mercado, são enraizadas no território com a profundidade da visão de vida do Povo Kichwa e ganham a dimensão prática e concreta com os dados e experiências organizadas e analisadas no Atlas Indígena por EcoDecisión e EDF.

A economia indígena, por sua vez, é um dos elementos fundamentais para o **Controle e Vigilância Territorial**, abordado em seus aspectos gerais a partir dos aprendizados acumulados, que são posteriormente aprofundadas nos casos da Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques, tanto na Guatemala quanto no Panamá, e da Metareilá em Rondônia, na Amazônia brasileira.

As particularidades de territórios indígenas com altos índices de conservação, que dependem em grande parte da proteção de suas fronteiras, são ressaltadas





frente à enorme contribuição destes territórios para a mitigação das Mudanças Climáticas, o que sustenta o conceito que vem sendo desenvolvido no marco do Programa AIME, especialmente por Forest Trends, OPIAC e WWF, denominado **Territórios com Mínimo ou Nulo Desmatamento - TcMND**. O caso específico do Resguardo CMARI, na Colômbia, é apresentado para demonstrar o papel essencial e a necessidade de reconhecimento dos povos indígenas por seu trabalho e suas práticas ancestrais de conservação.

A legitimação do papel dos povos indígenas como guardiões da floresta depende do reconhecimento e do acesso aos benefícios que podem ser garantidos por projetos e fundos climáticos, que por sua vez dependem de uma intensa incidência sobre políticas públicas e constante interação com governos nacionais, subnacionais ou municipais, conceito abordado no capítulo sobre o **Enfoque Jurisdicional** do Programa AIME.

Em torno dos temas já apresentados, tratados nos cinco primeiros capítulos, integrados transversalmente a outros temas chave, como o dos direitos indígenas e da gestão administrativa e financeira, está estruturado o **Programa de Formação em Governança Territorial Indígena - PFGTI**, que teve seu primeiro ciclo promovido no marco do Programa AIME na Colômbia, Peru, Equador e Brasil. As premissas e aspectos gerais do programa, seguidos dos principais elementos sistematizados até o momento, são apresentados no sexto capítulo por WWF e OPIAC, parceiros realizadores do programa junto com a Forest Trends.

Com o mesmo propósito de formação, mas diferente do PFGTI, que tem como público lideranças





indígenas em toda sua diversidade de perfis, gêneros e gerações, o capítulo seguinte versa sobre o programa de **Mediadores Culturais**, estruturado com o propósito de promover a formação de professoras e professores como dinamizadores de comunidades de ensino-aprendizagem para o fortalecimento da governança territorial indígena. Após a abordagem dos aspectos gerais e introdutórios, as experiências desenvolvidas de forma articulada no Brasil, Colômbia e México são apresentadas, respectivamente, por Forest Trends, OPIAC e Pronatura Sur.

Finalmente, por ser possivelmente o tema mais transversal a qualquer abordagem sobre a governança territorial, este livro expõe em seu último capítulo o tema de **Gênero**, ressaltando que um enfoque de gênero integral, que envolva toda a comunidade, é essencial para que se alcancem as transformações necessárias para uma governança territorial mais equitativa e sustentável, que contribua para a adaptabilidade e resiliência das comunidades.

Esperamos que a leitura deste livro agregue não apenas conhecimento, informação, diversificação e ampliação de visões e compreensões, mas que, essencialmente, convide e agregue mais e mais aliados comprometidos com o constante desafio de fortalecer os povos indígenas para a governança de seus territórios.

Bom proveito e bem-vindos!

Marcio Halla

Iniciativa Comunidades de Forest Trends

Coordinador del Componente de Formación para la Gobernanza Territorial del Programa AIME





Introdução

Nós, povos indígenas amazônicos, tínhamos plenitude de vida e liberdade, até que veio a longa noite da colonização continuada com as repúblicas e a imposição se uma colonialidade do poder, saber e sentir, que impôs como quase única forma de autoridade ou governança a que provinha dos estados, avalizada pelos grandes negócios, evangelizações e outros agentes sociais. Quiseram desaparecer com a nossa própria governança e livre determinação baseada em nossos sonhos, territórios e espiritualidades particulares. Resistimos; nos atacaram, mas nos levantamos uma e outra e mais mil vezes. E seguiremos fazendo-o sempre porque nisto reside o orgulho e memórias de nossos povos. E agora o mundo já sabe que existem outras formas de autoridade coletivas, solidárias e comunitárias: as dos povos indígenas, que se diferem da tremenda corrupção, autoritarismo e extrativismo que inundam os estados na Amazônia e no restante do planeta.

Dedicar livros como este para persistir na análise e lições desse nosso esforço é fundamental e estratégico. Por isso, saudamos e convidamos a todos para aproveitá-lo sabiamente, a fim de fortalecer nossos Povos.

O principal desafio de nossa governança, baseada em nossa livre determinação, autodeterminação, autogoverno e autonomias coletivas como Povos, é terminar de superar as heranças políticas e mentais da colonialidade, alimentadas pela absurda “superioridade” política e cultural das ideias ocidentais estatistas e privatistas. Além disso, procuramos evitar essas distrações dos poderes “superiores” e, com orgulho cultural, nos concentramos em consolidar a unidade interna de nossas comunidades, federações, confederações e articulações internacionais, como é a Coordenadora de





Organizações Indígenas da Cuenca Amazônica – COICA,
nossa grande força baseada no espírito territorial.

Esses governos territoriais são nossa garantia essencial para resistir às tremendas agressões provenientes de essas outras formas de “autoridade” contra a Amazônia e os povos que a habitam. Essa força e governança interna é a base para potencializar e ampliar nossos territórios, idiomas, culturas e economia indígena de vida plena com a floresta em pé.

Uma vez mais, e como sempre, caminhemos em direção ao futuro, sobre a trilha de nossos antepassados.

Edwin Vázquez
Coordenador Geral da COICA





Para o entendimento dos povos indígenas da América Latina, a governança territorial teórica tem quase a mesma importância que a prática. Os resultados disto são a existência de nosso território, a existência dos povos que somos e habitamos a terra a hoje, a existência da riqueza que temos em nosso território, a floresta, os animais, riquezas minerais entre outras. Tudo isso é resultado de uma governança que a nós, povos indígenas, dá independência, sentido de permanência e um idioma. A certeza da governança territorial é algo com que contamos desde muitos anos atrás, inclusive antes de contar com as sociedades não indígenas. E, falando particularmente do trabalho do Povo Paiteer-Surui e da Associação Metairelá, dentro de nossos planos de vida, a governança territorial está entre uma das linhas temáticas prioritárias, porque entendemos que sem governança dentro de um território não existirá vida, cultura nem políticas de e para aquele povo. Por isso, a governança territorial tem enorme relevância para os povos indígenas.

Depois do contato com as sociedades não indígenas, nos encontramos ante os primeiros desafios: o idioma, o não saber falar a língua portuguesa nem saber escrever. Depois, as próprias políticas de estado, que são criadas sem nossa participação, muitas vezes fazem retroceder nossos direitos de povos indígenas de maneira geral. É óbvio que, sendo sociedades diferentes, a indígena e a não indígena, temos projetos de vida muito distintos. No interior dos territórios, há ainda outros desafios, como as invasões por parte de madeireiros, mineiros e outras formas de ameaças. Muitas vezes, buscamos apoios de instituições do governo para que essas situações sejam resolvidas de acordo com as políticas públicas, beneficiando a todos os envolvidos. Atualmente, a pesar do contato dos povos indígenas com as instituições em busca de soluções criativas, as gestões para melhoria da governança territorial são constantes e muitas vezes não são





correspondidas positivamente. O governo tarda em atender a nossas solicitações e em entender e responder as nossas propostas.

Outro desafio para nós é, também, a inclusão no mercado de produtos indígenas, que são produtos agroflorestais, trabalhados a partir das iniciativas das associações de nossos povos, a partir de nossos planos de vida. Além disso, há avanços, com a conduta diária, que transmitem nossas associações e nossos líderes, as manifestações culturais e o uso e conservação da floresta. Esta é nossa forma de fazer governança territorial. Ao enfrentar a cada dia as ameaças e invasões, entendemos que estas não vão cessar de um dia para o outro, mas nós também não pararemos; não enquanto estivermos vivos para as futuras gerações de nossos povos.

Esta publicação de governança territorial é de grande importância na América Latina e todo o mundo, não só para os indígenas, mas também para os que não o são. Este livro fundamental pode ajudar na criação de uma consciência geral, além de ser fruto de um trabalho de cinco anos que apresentará as realidades dessas pessoas, componentes do programa AIME, relatando a experiência de cada um desses povos que receberam apoio deste projeto.

Arildo Gapamé Suruí

Coordenador da Associação Metareila do Povo Suruí





Planos de Vida





Planos de Vida: um encontro de saberes para o Bem Viver e a Governança

Forest Trends

Os Povos Indígenas (PI) têm claro que, apesar de haver denominadores comuns entre eles, não há um conceito indígena único de “bem viver”. Em seu exercício de livre determinação, eles puseram no cenário internacional o conceito de desenvolvimento com cultura e identidade como aquele que “conta com as próprias visões e perspectivas dos Povos Indígenas, assim como estratégias que respeitem seus direitos individuais e coletivos, promovam a livre determinação e a sensibilização e sejam pertinentes para sua situação e suas comunidades” (MUYUY-JACANAMEJOY, 2012) para alcançar o bem viver.

Esses pensamentos de identidade e cultura são reunidos nos Planos de Vida (PdV), que nada mais são que instrumentos pelos quais os PI definem suas prioridades de desenvolvimento próprio, mas que só excepcionalmente são reconhecidos pelas normas nacionais. Os PdV são uma ferramenta de afirmação cultural, social, política e econômica, assim como uma estratégia de negociação e diálogo com o restante da sociedade, conservando o direito de existência enquanto Povo, exercendo sua autonomia e autodeterminação.

Um dos aspectos mais interessantes dos Planos de Vida é a necessidade de um processo sistemático de reflexão e debate dentro do território ou comunidade para poder-se definir qual o futuro comum que se anseia, o que fortalece suas organizações internas e se transmite positivamente em sua interação com outros agentes.





Apesar de existir apenas há pouco mais de duas décadas, primeiro na Colômbia graças a sua Constituição de 1991, e estendendo-se a povos amazônicos no Brasil, Equador, Peru e Venezuela, os PdV se tornaram uma ferramenta central para a governança territorial, qualquer que seja esta, cultural, política ou econômica. A heterogeneidade entre os PdV é o resultado da diversidade de culturas e cosmodivisões dos povos indígenas e do contexto no qual foram elaborados. Esta diversidade torna difícil uma definição consensual sobre o que seja um PdV e sua diferença com outras ferramentas similares, tais como o os Planos de Gestão Territorial Indígena ou os Planos de Etnodesenvolvimento, importantes para o reconhecimento da autonomia e autogoverno dos povos indígenas e novas formas de governança territorial. Este processo também implica uma nova forma de relacionamento com o Estado e os PdV assumem um papel fundamental, já que é o instrumento no qual a organização indígena plasma e comunica suas prioridades de demandas.

Uma aprendizagem importante do Programa AIME é que os projetos e iniciativas a serem implementadas em um território devem estar inscritas em um Plano de Vida previamente elaborado, nunca o contrário. Ou seja, não se faz com que um PdV se acomode a um projeto específico.

A construção de um Plano de Vida é um processo político que requer a participação das autoridades territoriais, frequentemente os anciãos, os quais são um ponto de referência da identidade cultural de cada povo. O aspecto fundamental sobre os Planos de Vida é como conseguir converter a tensão entre o moderno e a cultura própria em um diálogo, aproveitando o melhor de cada lado. No marco do programa AIME, foi sugerida uma metodologia na qual se realizam técnicas e métodos dos povos indígenas,





tratando de integrar outras formas de conhecimento nas quais se plasmam explicitamente as expectativas dos agentes que dele participam.

Os Planos de Vida têm dois grandes desafios relevantes para a Governança Territorial: o governar sobre um território, e não apenas o espaço denominado como comunidade, e encontrar a solução intercultural para reavaliar e recuperar as formas de governo tradicionais e poder sintonizá-las ao contexto legislativo nacional. Ainda assim, um profundo conhecimentos sobre a governabilidade e a institucionalidade indígena é a chave para poder vislumbrar os requerimentos para a implementação de um projeto de Plano de Vida.

Referências:

- Forest Trends, COICA y ICAA. Memoria del Encuentro de Saberes sobre Planes de Vida Plena para Pueblos Indígenas. Programa AIME. Lima, Peru. 2015. Documento Técnico del Programa AIME
- MUYUY-JACANAMEJOY, G. Y F. Kurui-Castro. Tejiendo el canasto de la vida. Propuesta metodológica para la construcción colectiva de planes integrales de vida en los Pueblos indígenas de Colombia. Primera edición, dic. 2012. 5000 ejemplares. ISBN. Pp. 63. P. Disponível em: <http://historico.vicepresidencia.gov.co/Programas/Documents/Tejiendo-el-canasto-de-la-vida.pdf>
- OZCIMI. Plan Integral de Vida Indígena. Disponível em: https://siic.mininterior.gov.co/sites/default/files/pivi_ozcimi_001_final_final.pdf





- Territorio Indígena y Gobernanza. “Los Planes de Vida”. Disponible en: <http://www.territorioindigenaygobernanza.com/planesdevida.html>
- The World Bank Environment Department. Plan de Vida. Propuesta para la Supervivencia Cultural, Territorial y Ambiental de los Pueblos Indígenas. Primera Impresión noviembre de 2005. Disponible en: [http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/files/PlandeVida-small%20\(BM\).pdf](http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/files/PlandeVida-small%20(BM).pdf)
- THOMSON, B. Development (2011) 54: 448. Disponible en: <https://doi.org/10.1057/dev.2011.85>
- Video Planes de Vida: Un encuentro de saberes. Forest Trends. 2016. disponible en línea en: https://youtu.be/_DuOnbR4rjg
- Video Planes de Vida: Buen vivir y gobernanza. Forest Trends. 2016. disponible en línea en: <https://youtu.be/9RyU4YLzkTQ>





O caso de Amarakaeri, Madre de Dios, Peru

Walter Quertehuari

Em ECA Amarakaeri, no contexto da estrutura de REED Indígena Amazônico, um dos objetivos do projeto é que as comunidades contem com Planos de Vida. Eka Amarakaeri facilita esse processo e a comunidade é a autora. Entretanto, os primeiros trabalhos, como a coleta bibliográfica e o desenho dos planos de vida, são baseados também na diretiva a cargo no Ministério da Cultura, que tem uma estrutura para elaboração de planos de vida a nível nacional. É com base nisto que é preciso articular esse documento: a metodologia, a estrutura para que seja reconhecido também. Um segundo passo é a forma de articulá-lo com o plano metre da reserva comunal Amarakaeri. Tudo isso se dá através de comunicação com a comunidade, processo de informação, desenvolvimento de oficinas etc, em que se faz uma planificação conjunta com as comunidades. São, ao menos, três ou quatro oficinas, nas quais primeiro é recolhida a informação prévia das comunidades, até chegar finalmente à socialização e aceitação dos planos de vida.

O desafio é que as comunidades se empoderem desta ferramenta mesmo que, até o momento, isto não esteja acontecendo de fato. É por isso que nos parece conveniente dentro da associação Amarakaeri continuar fortalecendo as capacidades das comunidades no uso e aplicação deste instrumento de gestão comum que é o plano de vida e governança territorial. Porque, se por um lado todo o plano é elaborado, por outro se pode dizer que se trata de um documento morto. As comunidades não o estão aproveitando e menos ainda estão trabalhando baseadas neles. É um tema que ainda se apresenta bastante delicado.

Outro objetivo é que os governos regionais e locais se





empoderem dessa ferramenta de gestão comum através do reconhecimento, seja por meio de ordem municipal, seja por ordem regional, mas que também o tomem como seu para que seja parte do processo do orçamento participativo. Trata-se de um assunto ao qual queremos chegar, para que, dessa forma, os planos de vida sejam, de fato, uma ferramenta útil e de gestão para a reserva comum e suas comunidades.

Todas as comunidades, ao contar com seus planos de vida plena, têm sua organização fortalecida por tornar visíveis os papéis que exerce cada dirigente. Além disso, através tanto do PdV quanto do Plano Mestre da reserva comum (que são documentos articulados), por ser uma comunidade beneficiária da reserva, se articula seu plano de vida à área natural protegida, que é além de tudo um território ancestral dos povos. Entre as conquistas, ressaltamos que alguns planos de vida estão sendo implementados graças à cogestão da reserva. Agora há o processo de ratificação dos Acordos para Implementação dos Planos de Vida articulados ao Plano Mestre, também chamados de acordos de conservação, firmados em 2017 entre SERNANP, comunidades nativas e ECA Amaraeri. Assim também estamos promovendo que as comunidades cumpram seus Planos de Vida e seus compromissos com a reserva, de tal forma que consigamos a vida plena, ou o bem vier, que, a final de contas, é nossa meta a longo prazo.

Para continuar gerindo, junto a outras organizações, as opções de desenvolvimento e financiamento para as comunidades, apoiamos em 2017 o programa de atividades econômicas sustentáveis na reserva comum. Mas se uma comunidade quer empreender uma ideia de negócio, tem que basear-se no plano de vida e no plano mestre que a rege.





Às comunidades foi outorgado um fundo semente para empreender diversas ideias de negócio em suas áreas e esta premiação de atividades continuará sendo feita, mesmo que às vezes o tema de fundos seja um problema. Esses documentos servem a nível de comunidades e também para que as diversas ONGs que querem apoiá-las saibam que devem basear-se em seus respectivos Planos de Vida. Não podem fazer trabalhos isolados, já que os Planos de Vida estão articulados e tudo o que os complementem tem que resultar em benefícios para as comunidades levando em conta todos os seus agentes – não apenas os administradores da reserva. Dessa forma, os planos de vida ajudam a articular e organizar as atividades nas comunidades.

À priori, as comunidades são as melhores aliadas porque são ao mesmo tempo sócios e atores, junto com FERNAN, com quem co-gerenciam e manejam a reserva. Há algumas instituições, como o PNUD, que trabalham por meio de projetos na Amazônia e nos permitiram fazer dois Planos de Vida. Os fundos de Rain Forest Foundation US também foram oportunos, pois graças a eles, foram elaborados os primeiros PdV na reserva. Citamos ainda os fundos DRIS (Desenvolvimento Rural Sustentável) que também apoiaram a Caritas, a Associação para Conservação da Cuenca Amazônica e a WWF. Os planos de Vida estão articulados com todos os documentos que realizamos: a atualização do plano mestre, os documentos de gestão comum e os acordos de conservação, que sempre estão dentro dos temas de representação regional com os sócios e a Senamat. Estes são aliados à reserva comum que permitiram a integração de várias atividades.

O REDD Indígena Amazônico é uma ação climática demandada pelos povos em substituição ao REDD convencional. Com base nisso, e para ir preparando o terreno para este tema da RIA, todas as comunidades precisam ter





seus Planos de Vida, que não vêm sozinhos nem isolados, mas que, antes, caracterizam todo um processo fruto de um trabalho intenso.

Os Planos de Vida são uma primeira experiência em uma área natural protegida em Madre de Deus. Eka-Amarakaeri é a primeira instituição técnica indígena que a empreendeu, já que agora eles são elaborados por ONGs e detém outra visão. Os PdV Amarakaeri tiveram a oportunidade de contar com profissionais técnicos indígenas e não indígenas, o que enriqueceu muito o processo, além de considerar a autonomia da comunidade para a tomada de decisões que, no final das contas, lhe interessam diretamente.

A partir disso, já estamos conversando com FENAMAD para que, com base na experiência Amarakaeri, se desenhe uma política de como fazer Planos de Vida em comunidades nativas que se constituam em documento oficial, adequado às normas estabelecidas pelo Ministério da Cultura. Afinal, somos nós quem temos que dizer como fazer os Planos de Vida de nossas comunidades





Economía Indígena





As duas esferas da Economia Indígena

Marcio Halla - Forest Trends

O Consórcio de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Locais e Florestas, sob a coordenação da Forest Trends, iniciou reflexões conjuntas em 2014 sobre como fortalecer a economia dos povos e territórios indígenas e assegurar que sua articulação com o mercado seja a mais benéfica e equitativa possível, considerando-se o respeito à etnicidade de cada povo e as experiências acumuladas pelas comunidades e organizações. Foi estabelecido assim o “Grupo de Reflexão sobre Economia Indígena”, com o objetivo de discutir boas práticas e construir abordagens inovadoras em iniciativas e atividades econômicas protagonizadas por povos indígenas, promovendo orientações para organizações indígenas e de apoio.

Ao longo de quatro oficinas anuais (1. Bogotá, Colômbia; 2. Tena, Equador; 3. Altamira, Brasil; e 4. Muskitia, Honduras), compreendidas como espaços de formação, foram gerados alguns materiais pedagógicos, como cartilhas e vídeos, a partir das reflexões promovidas sobre a governança econômica territorial indígena e os alcances da economia indígena em suas duas esferas: a da reciprocidade e a do mercado.

A partir do conceito de Bem Viver, foram compreendidos os sistemas normativos, de tomada de decisões e de regulamentação da vida econômica com base no território, comunidades e famílias, com abordagens de gênero e gerações. O diálogo entre as esferas de reciprocidade e de mercado foi promovido ao longo deste processo, reforçando-se a importância da governança econômica territorial no marco dos conceitos





de “bem viver” e “vida plena” dos povos indígenas, como elemento central para a construção, o fortalecimento e a sustentabilidade de iniciativas econômicas indígenas.

O diálogo entre as duas esferas fica refletido nas falas de dois participantes deste processo de reflexão. O representante da Associação Soenama do Povo Paiter Suruí, Isaque Suruí, apresenta objetivamente sua compreensão sobre a Economia Indígena:

“Economia indígena envolve gestão territorial, autonomia, governança e geração de renda com produtos da floresta, com a valorização da cultura e dos conhecimentos sobre os recursos medicinais, alimentícios, etc.”

A visão de vida plena do Povo Kichwa Runa de Pastaza é apresentada por seu representante, Alfredo Vitery:

“São quatro os princípios da vida Kichwa: o conhecimento ancestral, a terra em abundância de todas as vidas, as formas de aproveitar os recursos da mata e a vida em comunidade. Porque todos aqueles que passam em torno da terra, da floresta, e de acordo como funciona a forma de organização de uma comunidade, são geradas mudanças no habitat, na mata e nas águas, o que gera mudanças na economia. Nossos planos de vida, portanto, se baseiam nos quatro elementos: comunidade, território, economia e conhecimento ancestral.”

É fundamental compreender que não há uma economia indígena, mas sim uma diversidade de economias indígenas, que corresponde à diversidade de povos que as desenvolvem e são baseadas em sujeitos individuais e sociais devido a suas características culturais. As relações





da esfera do mercado com a esfera da reciprocidade, no entanto, têm características definidas acima das particularidades de cada economia indígena.

Os povos indígenas são desfavorecidos na esfera do mercado, no âmbito de regras já definidas. O mercado envolve algumas formas de troca de bens e serviços e essas regras não correspondem necessariamente à identidade das pessoas. Portanto, é importante diferenciar o objeto econômico, entendido como produto, do sujeito econômico, o produtor. O objetivo nas economias indígenas não é acessar o bem em si, mas construir relações econômicas entre agentes relacionadas à produção, beneficiamento, sistemas de trocas, consumo de bens e serviços, o que permite alguma segurança de que o ciclo de compra e venda de produtos possa ser constante a partir dos espaços onde se encontram.

Em geral, as comunidades vendem seus bens e serviços a preços baixos, mas compram bens e serviços caros provenientes de fora, o que cria um desequilíbrio. Com isso, a primeira solução é expandir a produção ou o uso de recursos naturais e a força de trabalho. Portanto, é importante que seja analisado o esforço necessário para colocar um produto no mercado. É necessário e fundamental o debate sobre a economia indígena dentro de cada organização. A governança econômica é o resultado dos esforços dos indígenas, pois implica que eles analisem internamente, com base em suas particularidades, a forma de gestão.

Os povos indígenas que debatem as diretrizes para a governança econômica devem considerar a sustentabilidade das iniciativas produtivas. Não é possível conceber uma iniciativa produtiva proveniente de povos indígenas que





não seja sustentável, porque depende da gestão do próprio território. A iniciativa será bem-sucedida na medida em que fortalece as próprias capacidades com os elementos de cosmovisão e valores, de acordo com cada povo.

As reflexões promovidas ao longo deste processo de quatro anos levantam algumas questões adicionais sobre a governança econômica territorial, o bem viver e a economia da reciprocidade, que devem ser compreendidas como desafios da governança econômica territorial, nas dimensões das relações com o Estado, dos riscos inerentes às dinâmicas da ocupação econômica e da necessidade de inclusão dos temas econômicos nos processos internos de planejamento e decisão:

- O Estado deve assumir um papel que permita o funcionamento dos territórios indígenas em conformidade com a Convenção 169 da OIT para a autodeterminação desses povos. Seu acesso a órgãos federais, estaduais, departamentais, municipais ou outros espaços pode ser compatível com a governança econômica dos territórios indígenas, na medida em que os planos de vida elaborados para a gestão territorial sejam respeitados.

- São necessárias estratégias para o enfrentamento das ameaças externas de ocupação econômica, como a exploração madeireira, garimpos e mineração, agronegócio, grilagem de terras, grandes projetos de infraestrutura, etc, ao mesmo tempo em que deve ser dada especial atenção à garantia da segurança alimentar e da economia própria, diante da intensificação das relações com o mercado.

- Igualmente necessário é o estabelecimento de regras para o uso de recursos coletivos por algumas famílias, baseadas na inclusão dos temas econômicos nos planos de





vida, de gestão e de manejo, com a valorização da cultura, da visão de mundo e dos modos de vida tradicionais nos projetos, iniciativas e relações com o mercado.

Assim como foram apresentadas anteriormente duas perspectivas pessoais sobre as relações entre as duas esferas da economia indígena, fundamentadas nas culturas de dois povos indígenas amazônicos, conclui-se com uma reflexão construída coletivamente, como um achado final de uma das quatro oficinas, baseada no debate sobre os bens comuns, um dos pilares conceituais da visão sobre as duas esferas da economia indígena:

“O entendimento sobre os bens comuns parte de uma visão contrária à ideia de que os recursos são escassos e que deve haver uma competição pela apropriação destes bens, que sempre gera desigualdade. A noção de bem comum passa pela lógica de que aquilo que se tem é abundante e que podemos nos beneficiar de forma coletiva desse bem. O conhecimento dos mais antigos deve ser a base de uma visão de longo prazo para o bem coletivo, para que todos pensem e trabalhem juntos para proteger, restaurar e usar os recursos. O discurso da reciprocidade está cada vez mais presente, inclusive em projetos de mercado. Mas a economia da reciprocidade acontece quando realmente existe troca positiva para os dois lados. Temos que enfrentar o desafio da integração da economia de mercado com a da reciprocidade, para que a visão das empresas tenha cada vez mais presente a lógica do ‘ganha-ganha’, ou seja de que todos devam ganhar, com justa distribuição dos benefícios.”





Referências:

- Cartilhas disponíveis online em:
1-http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5479;
2- http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5547 ;
3-http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5549 ;
4- http://forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=5552
- Forest Trends. Memoria del III Taller del Grupo de Reflexion en Economia Indigena. Programa AIME. Altamira, Brasil. 2017. Documento Técnico del Programa AIME
Vídeo sobre Economía Indígena disponible online em:
https://youtu.be/bnNQhFjh_AU





OSUMAK KAWSAY: Uma visão de vida da nacionalidade kichwa

Félix Alfredo Vitery Gualinga,

Kichwa Runa de Pastaza - Amazônia do Equador

A filosofia de vida do Povo Kichwa de Pastaza se sustenta em quatro princípios básicos conhecidos como:

- O **Sumak Allpa** o território de abundância e de todas as vidas;
- O **Sumak Allu Llacta Kawsay** ou a vida comunitária das famílias e comunidades em permanente interação com o habitat;
- O **Sumak Mirachina** ou a produção comunitária mediante práticas de reciprocidade e solidariedade;
- O **Sumak Runa Yachay** ou a gestão e prática cotidiana dos conhecimentos e saberes ancestrais coletivos.

Estes princípios configuram uma visão ancestral de vida conhecida como o SUMAK KAWSAY. É uma filosofia de vida cujos fundamentos organizam a sociedade comunitária do povo Kichwa para viver cotidianamente em comunidade, em convivência harmônica e interativa entre os ayllus, comunidades do povo Kichwa, e o habitat.

As comunidades do povo Kichwa aplicam estes princípios na elaboração de seus planos do *sumak kawsay* (planos de vida) pondo em prática a gestão coletiva de seus territórios comunitários, a gestão da organização social comunitária, a gestão da economia e a gestão dos conhecimentos e saberes.





Eixos Transversais do Plano do SUMAK KAWSAY

SUMAK ALLPA: Este eixo sustenta o princípio de gestão do território, habitats e recursos naturais comunitários. O gerenciamento do *sumak allpa* compreende a administração de terras e territórios comunitários e ainda do habitat e os bens comunitários e da natureza, tais como ecossistemas, biodiversidade, florestas, recursos hídricos, água, solos, ar e o ambiente. É a gestão das terras de abundância e de todas as vidas.

SUMAK AYLLU LLACTA KAWSAY: Este eixo é o princípio que orienta a governança comunitária para a gestão do *sumak kawsay*. Orienta a administração dos *ayllus* na construção das comunidades integrais do *sumak kawsay* (bem viver). Inclui a gerência dos povos na governança política, social, econômica, cultural e, em geral, a gestão dos direitos e dos bens coletivos.

SUMAK MIRACHINA: É o princípio da governança da economia do *sumak kawsay*. Trata-se da gestão da economia dos *ayllus* e comunidades do Povo Kichwa. Sustenta-se na organização econômica dos bens comunitários do território: bosques, biodiversidade, bens ambientais, recursos hídricos, paisagens, ecossistemas etc. A economia do *sumak kawsay* é um dos fundamentos principais para construir a sociedade do *sumak kawsay* do povo Kichwa como sujeito histórico com direito à autonomia política e se sustenta na gestão dos bioconhecimentos, saberes e tecnologias ancestrais. A gestão econômica do território comunitário e seus recursos naturais é realizada aplicando tais conhecimentos. O *Ayllu* é a organização básica da economia do *sumak kawsay*, que por sua vez se baseia no *Sumak Allpa*, ou seja, o território como espaço vital com





abundância de recursos onde habitam todas as vidas. Sem isso, não é possível o projeto de autonomia dos povos indígenas e menos ainda a construção de um estado plurinacional. Por tanto, a economia do *sumak kawsay* é componente primordial na agenda dos planos de vida das comunidades kichwa de Pastaza.

SUMAK RUNA YACHAY: É o princípio que orienta a gestão dos conhecimentos e saberes ancestrais para a construção da sociedade do *sumak kawsay*. O *sumak kawsay* do povo Kichwa de Pastaza se sustenta na gestão de seu habitar e na gestão dos bioconhecimentos e saberes ancestrais construídos desde a memória coletiva de seus ayllus e posta em prática pelos YACHAK RUNA (homens e mulheres do bioconhecimento) em um processo coletivo de transmissão e inovação intergeracional.

A gestão do Sumak Runa Yachay é um eixo primordial que torna possível a vida das comunidades integrais do bem viver, por meio do exercício cotidiano dos conhecimentos e saberes nos campos relacionados à gestão de recursos naturais comunitários, os conhecimentos sobre a gestão do habitat, as técnicas ancestrais de conservação e gestão dos ecossistemas e da biodiversidade, as tecnologias agroecológicas ancestrais, a botânica e a zoologia, a medicina ancestral, a bioarquitetura e moradia, as artes e simbologias, o artesanato, as técnicas de manejo, produção e transformação de plantas medicinais e alimentícios, as técnicas de manejo das espécies aquáticas e espécies da floresta, entre outras práticas.

No contexto da agenda de desenvolvimento sustentável da Amazônia, é necessário expor o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e saberes dos povos indígenas. É inegável a contribuição





que podem oferecer na transformação e mudança da matriz produtiva, a matriz do conhecimento e, sobretudo, na matriz de planejamento a partir da visão do *sumak kawsay*, promovendo na prática a construção de novos cenários dinâmicos e potentes de governança social, gestão econômica, da diversidade cultural e de gestão política participativa, inclusiva e intercultural.

Finalmente, é importante destacar que o *sumak kawsay*, como visão de vida do povo Kichwa de Pastaza, é o marco ideológico e político que orienta a construção de novos planos de vida correspondentes à mudança de época que vivem atualmente os ayllus e comunidades do povo Kichwa Runa de Pastaza. Com seu planejamento e implementação, espera-se fortalecer os bioconhecimentos e saberes como pilares de sustentabilidade e continuidade. A partir do pensamento do *sumak kawsay* se impulsionam os novos processos de construção de capacidades de gestão social, política, econômica, cultural e de gestão de habitat e recursos naturais empreendidas pela Nacionalidade Kichwa de Pastaza para exercer seus direitos à vida e continuidade como povos com identidade plena.





Empresas Indígenas podem contribuir com a proteção dos milhões de hectares da selva amazônica

Jacob Olander, Gabriela Albuja, Kevin Moull, Chris Meyer, Juliana Splendore y Karina Bautista

Quando são apoiadas adequadamente, as comunidades indígenas podem fazer uma importante contribuição em relação à conservação da selva. Territórios indígenas (Tis) legalmente reconhecidos cobrem cerca de um quinto da Amazônia e, por conservarem seus bosques intactos, contam ainda com maior porcentagem de biomassa florestal e armazenagem de carbono (WALKER et al. 2014). Demonstrou-se que as taxas de desmatamento foram mais baixas dentro dos territórios indígenas que em terras sem proteção (BLACKMAN et al. 2017; BUSCH Y FERRETTI-GALLON 2017) e um estudo recente indica que as taxas de desmatamento foram cerca de seis vezes menores nos territórios indígenas (RAISG et al., 2017)

Desde meados dos anos 80 do século XX, se fez um importante progresso no reconhecimento e demarcação ao longo da Amazônia. Enquanto significativas áreas de territórios tradicionais indígenas ainda precisam ser reconhecidas (em torno de 20 milhões de hectares apenas no Peru, de acordo com a Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana – AIDSESP), assegurar direitos territoriais tem sido uma conquista fundamental para permitir a sobrevivência cultural e a conservação florestal (DING et al, 2106).

Apesar do reconhecimento legal, muitos dos territórios primários continuam enfrentando ameaças





existenciais impulsionadas por agentes econômicos. Com terra legalmente assegurada, muitas comunidades indígenas ainda enfrentam pressões de atividades ilegais e proposições arriscadas, tais como abrir suas terras e bosques a interesses de mineradoras, fazendas e criações de gado para poder gerar receitas. Um desafio chave da geração seguinte, depois de assegurar os direitos territoriais, é assegurar a suficiência econômica e a resiliência, criação de economias indígenas laborais que reconciliem a necessidade de rendimentos, os valores tradicionais e o uso sustentável dos recursos naturais. Muitos nas comunidades, organizações e povos indígenas estão dispostos a alcançar esse desafio por meio da criação de empresas, projetos e redes.

Uma revisão dos dados na base de dados online compilado pela EcoDecision em parceria com a Environmental Defense Fund, Forest Trends e a Coordenadora de Organizações Indígenas da Cuenca Amazônica - COICA, mostra o enorme âmbito para sinergias entre o fortalecimento de territórios indígenas, conservação de áreas protegidas (APs) e investimento em empresas privadas.

Companhias Indígenas e a sobreposição com áreas de conservação

Na base de dados online estão incluídos empreendimentos e projetos econômicos indígenas com dados proporcionados pelos usuários e por pesquisadores da EcoDecision e EDF desde 2014. A base inclui 126 empreendimentos e projetos indígenas na Amazônia, abrangendo 5 países e mais de 100 diferentes grupos indígenas ou grupos étnicos.





Deste total, se pôde confirmar que 65 (ou seja, 52%) se situam dentro das fronteiras de zonas de amortecimento de 33 áreas protegidas e 60 territórios indígenas legalmente reconhecidos, cobrindo aproximadamente 105 milhões de hectares.

No caso das empresas restantes, para as quais a comprovação da relação com as áreas de conservação não foi possível, há uma grande probabilidade de que também sejam geograficamente relacionadas com as áreas protegidas ou os territórios indígenas. Com base em uma localização disponível no momento e em uma análise de proximidade, 17 pequenas empresas se associam com, ao menos, 5 áreas protegidas e 12 territórios indígenas, cobrindo 1.3 milhões de hectares adicionais.

O número real de empresas em crescimento na Amazônia é, seguramente, maior que o atual inventário em nosso banco de dados, dada a evolução da natureza das atividades econômicas e dificuldades na comunicação e confirmação de atividades através de zonas remotas.

Claro que seria simplista assumir que as atividades econômicas dos recursos das populações próximas da conservação de zonas sejam voltadas à conservação. Algumas atividades podem não ser sustentáveis. Portanto, é preciso ressaltar que, destas iniciativas, 25 tiveram confirmado seu envolvimento em algum tipo de sistema de certificação Forest Stewardship Council, Rainforest Alliance e outros).





Sucessos Emergentes

Uma pequena, mas significativa, parte das iniciativas identificadas teve sucesso considerável na atividade econômica e na organização de acontecimentos, representando a possibilidade de investir nas novas formas de consolidação destas empresas e seus efeitos positivos. Estes incluem casos como:

- Um número de organizações indígenas produz cacau ou chocolate nativo de alta qualidade para mercados internacionais, que incluem Kemito Ene (Ashaninka, Peru), Kallari and Wiñak (Kichwa, Ecuador), AMWAE (Huaoarani women, Ecuador) and ARCASY (Yacaré, Bolivia);
- O Yawanawa, Paiter-Surui e o Waimiri Atroari, os povos do Brasil, e PATS Peru, o desenvolvimento de artesanatos para exportação;
- Iniciativas de produtos indígenas frutais e não-madeiráveis como o povo Sateré-Mawé do Brasil, que tem o selo orgânico do guaraná (fruta usada em bebidas energéticas) para a Europa, a organização indígena Eca-Amarakaeri, no Peru, que coleta a Noz do Brasil de sua reserva comunitária, e a associação de mulheres ASMUCOTAR da Amazônia Colombiana, com mais de 10 anos de tabago de produção e processamento da fruta camu camu em polpa congelada;
- Operações de reflorestamento e manejo de bosques que incluem a organização indígena peruana Shipibo Conibo, Promacer, um dos únicos empreendimentos indígenas que produz madeira legal e certificada na Amazônia, assim como a Rede de Sementes do Xingu-Araguaia, uma rede de povos indígenas y comunidades tradicionais que vende





sementes de reflorestamento de espécies nativas a donos de terras no estado de Mato Grosso (Brasil).

Desafios e oportunidades de crescimento

O fato de uma avassaladora maioria das empresas e iniciativas econômicas indígenas se darem próximas e dentro das áreas de conservação indica uma importante oportunidade para investir conjuntamente na sustentabilidade dos povos indígenas e na conservação da biodiversidade. Fortalecer estas empresas pode contribuir diretamente para a sustentabilidade das áreas de conservação, reforçando a capacidade dos povos indígenas para atuarem como fortaleza contra o desmatamento.

A necessidade de apoiar continua sendo significativa. Nossos dados e entrevistas também indicam que mais de 80% dessas iniciativas estão batalhando para se fazerem ou permanecerem viáveis, entre outras razões, devido às dificuldades em acessar compradores e mercados, desafios em assegurar o acesso a financiamentos e limitações na criação e manutenção de capacidade institucional e administrativa.

Com maiores compromissos dos programas REDD+ a nível nacional nos países amazônicos, há um potencial significativo e, em grande parte oculto, para investir e impulsionar estes fundos em atividades econômicas autossustentáveis lideradas pelos próprios povos indígenas que podem contribuir com a conservação de milhões de hectare de floresta.





Referências:

- BLACKMAN, Allen, Leonardo Corral, Eirivelthon Santos Lima, y Gregory P. Asner. 2017. "Titling Indigenous Communities Protects Forests in the Peruvian Amazon". *Proceedings of the National Academy of Sciences* 114 (16): 4123–28. Disponible en línea en: <https://doi.org/10.1073/pnas.1603290114>
- BUSCH, Jonah, y Kalifi Ferretti-Gallon. 2017. "What Drives Deforestation and What Stops It? A Meta-Analysis". *Review of Environmental Economics and Policy* 11 (1): 3–23. Disponible em: <https://doi.org/10.1093/reep/rew013>.
- DING, Helen, Peter G. Veit, Allen Blackman, Erin Gray, Katie Reytar, Juan Carlos Altamirano, y Benjamin Hodgdon. 2106. "CLIMATE BENEFITS, TENURE COSTS The Economic Case For Securing Indigenous Land Rights in the Amazon". World Resources Institute. Disponible em: http://www.wri.org/sites/default/files/Climate_Benefits_Tenure_Costs.pdf.
- RAISG, Ecociencia, Gaia Amazonas, Instituto Socioambiental, Instituto del Bien Común, Woods Hole Research Center, Environmental Defense Fund, y COICA. 2017. "Amazonian Indigenous Peoples Territories and Their Forests Related to Climate Change: Analyses and Policy Options". RAISG. Disponible em: <http://www.edf.org/sites/default/files/indigenous-territories-barrier-to-deforestation.pdf>.
- WALKER, Wayne, Alessandro Baccini, Stephan Schwartzman, Sandra Ríos, María A. Oliveira-Miranda, Cicero Augusto, Milton Romero Ruiz, et al. 2014. "Forest





Carbon in Amazonia: The Unrecognized Contribution of Indigenous Territories and Protected Natural Areas". Carbon Management 5 (5-6): 479-85. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17583004.2014.990680>.





Controle e Vigilância Territorial





Controle e Vigilância Territorial

Forest Trends

A América Latina abriga cerca de 50% dos bosques tropicais do mundo e uma quarta parte destes se encontra em territórios indígenas, os quais compõem sua identidade e sustento de vida. Devido a esta profunda relação, existe uma estreita correlação entre a conservação e o manejo responsável de recursos florestais nos territórios onde se localizam as comunidades e os povos indígenas, assim como uma implementação de mecanismos de controle e vigilância, o que os torna excelentes guardiões das florestas.

Conscientes das riquezas que seus territórios abrigam e dos interesses nacionais e estrangeiros que estes atraem, os povos indígenas e comunidades florestais enfrentam o desafio de fortalecer a governança territorial, incluindo seus mecanismos de controle e vigilância. Para tanto, as associações e redes de organizações indígenas da América Latina concordam que a inclusão de governos e cooperação internacional é necessária para que as estratégias de conservação e mudança climática integrem os direitos destas comunidades e assegurem seu acesso aos benefícios florestais.

Para que estas estratégias existam e sejam possíveis de fato, é necessário fortalecer a gestão integral do território e desenvolver mecanismos de defesa não só a nível comunitário, mas também a nível nacional e internacional, recuperando o controle e os múltiplos direitos de propriedade do território, fortalecendo instituições locais, socializando os benefícios de cuidados florestais e obtendo o reconhecimento, por parte do





Estado, dos direitos territoriais e sua cooperação para processos de controle e vigilância.

Em um nível comunitário, as organizações precisam de esquemas regulatórios para o acesso a recursos que ao mesmo tempo fomentem os usuários de controle, supervisão e vigilância do território. Esse cenário permitiu, em primeira estância, que muitas comunidades organizem o uso e o acesso por meio do desenvolvimento de seus próprios sistemas de governos e normas locais. Em uma escala intermediária, há estratégias comunitárias de controle e vigilância para combater na defesa do território contra ameaças por parte de terceiros. Em uma escala superior, se encontram os mecanismos políticos e legais que são ativados para defender, recuperar e conseguir o reconhecimento dos direitos territoriais.

Todas essas formas de gestão dos territórios permitiram aos povos indígenas e comunidades florestais estabelecer estratégias apegadas à sua cosmovisão e identidade. Essas práticas podem ir desde atividades de proteção do território e da floresta, tais como manutenção de estradas e trilhas, comitês de vigilância comunitária etc, até práticas de defesa de território diante de ameaças externas. Todas elas fazem parte das instituições de gestão territorial, que se referem ao fortalecimento de governos locais, em sua maioria organizações ancestrais, as quais são encarregadas de aplicar as normas relacionadas com os direitos territoriais.

Essas normas respondem às diversas questões que abarcam: aquelas que se encontram imersas em práticas ancestrais de serviço comunitário e fazem parte de processos de vigilância para evitar o uso de seus recursos por parte de vizinhos ou agentes externos; aquelas que





respondem a incentivos econômicos; aquelas financiadas pela cooperação internacional. Entretanto, na maioria dos casos, os processos se realizam sem apoio econômico por parte do Estado, de maneira que são as organizações, com seus próprios recursos, as que os realizam.

Estudos recentes indicam que em 2030 a demanda mundial de alimentos aumentará em 35%, um incremento pela necessidade de água em aproximadamente 40% e de energia em torno de 50%, o que gera um conflito ao redor dos recursos naturais e minerais para a indústria e tecnologia. Os territórios indígenas na América Latina sofrem pressão por investimentos em larga escala (minérios, petróleo, cultivos extensivos, madeiras industriais, etc) respaldadas pelos governos vigentes, além de invasões de criadores de gado ou pessoas associadas ao tráfico ilícito, que penetram os territórios para ter acesso à terra.

A falta de vontade política dos governos tem sido um obstáculo para a implementação das comunidades e povos indígenas e, diante disso, as associações de controle e vigilância foram encaminhadas na busca por vínculos entre as organizações indígenas para chegar a acordos de cooperação com outras estâncias.

Por outro lado, existem avanços no âmbito internacional no reconhecimento dos povos indígenas e seus territórios, tais como a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas (2007), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Convenio 169 da OIT (1989), o que permitiu o reconhecimento dos direitos indígenas sobre seus territórios. No âmbito do Direito Atual, os povos indígenas têm direito à posse e propriedade dos territórios onde vivem, já que disso





Referências:

- FAO. 2001. La comunicación en la Gestión Territorial, el Cambio Climático y el Desarrollo de los Pueblos Indígenas. Documento Técnico. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ap608s.pdf>
- REYNA, V. Memoria del Taller Control y Vigilancia Territorial Indígena en América Latina: Reflexiones, buenas prácticas y desafíos. ACOFOP, AMPB, Forest Trends y PRISMA - Programa AIME. Petén, Guatemala. 2015. Documento Técnico do Programa AIME
- SAAVEDRA-Celestino, D. Vigilancia indígena para la protección de la Amazonía y la prevención de desastres naturales. Info región. 2017. Disponível em: <http://www.inforegion.pe/243557/vigilancia-indigena-para-la-proteccion-de-la-amazonia-y-la-prevencion-de-desastres-naturales/>





Caso 1 – Aliança Mesoamericana de Povos e Bosques - Guatemala

Macedonio Cortave

Com a criação da Reserva de Biosfera Maya, delegou-se a organizações comunitárias locais a administração de unidades de manejo territoriais sob contratos de concessão para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais de forma integral. Tais contratos marcam as responsabilidades e direitos sobre a área e incluem o Controle e Vigilância Territorial para garantir a conservação das áreas, sua biodiversidade e o patrimônio cultural que resguardam.

O planejamento para o aproveitamento de recursos está garantido por um respaldo de Certificação do FSC e por planos de manejo que partem de um Plano Geral de toda a unidade de controle, planos quinquenais e planos anuais, nos quais se incluem, além disso, planos e montantes de investimentos em C&V e em prevenção e controle de incêndios, garantindo a governabilidade na área. Essa norma legal e técnica, não apenas busca sua modernização com tecnologia, como garante a governança das áreas e sua base é a sólida organização comunitária que vela pela conservação da floresta, já que são comunidades com cultura florestal.

A participação de jovens é essencial para que se dê prosseguimento a essas ações, já que, atualmente, o manejo florestal se encontra na terceira ou quarta geração de líderes que iniciaram o modelo comunitário.

Como esse modelo foi iniciado em um contexto de pós-guerra, os primeiros anos foram difíceis para a organização comunitária, o trabalho conjunto e a geração de confiança do governo. No início de sua construção, havia uma





falta de credibilidade na capacidade das comunidades tomarem para si a responsabilidade do manejo integral de recursos. Esse desafio foi difícil nos primeiros anos, mas as comunidades se dedicaram a capacitar seus membros; inicialmente buscaram meios para operar tanto o manejo como para realizar os trabalhos de controle e vigilância territorial, que hoje faz parte dos custos de operação de toda a atividade contida no plano anual, para o qual investem mais de USD\$ 400.000,00 anuais.

A desconfiança dos primeiros anos gerou a criação de corredores biológicos que, ao que se pensava então, eram os únicos que permaneceriam. Mas o manejo sustentável mostrou-se muito mais efetivo enquanto estratégia para evitar o desmatamento, de maneira que, hoje, as concessões comunitárias constituem em sua totalidade o verdadeiro corredor biológico.

Atualmente, o C&V requer tecnologia e seu alto preço, por vezes, dificulta sua inserção nas aduanas dos países. Nos referimos aqui a drones especializados, programas e equipamentos para estabelecer os sistemas geográficos de informação, assim como a capacitação técnica para as comunidades.

Apesar dos acessos às unidades de manejo territoriais serem controlados, estas se encontram contíguas a áreas sem governança, onde os atos ilegais permanecem e representam zonas de alto risco para as comunidades florestais. Além disso, as ameaças de incêndios e desmatamento se dão nesses limites, nos quais o Estado não consegue deter o avanço da fronteira agropecuária nem o contrabando, as estradas clandestinas e os grupos do crime organizado. Um desafio que se apresenta desde o início do modelo é o desaparecimento e morte de líderes comunitários que deram sua vida para a defesa dos recursos naturais.





Depois de 20 anos de investimentos que as comunidades florestais realizam em C&VT, são monitoradas mais de 1000 patrulhas por ano, percorrendo mais de 450 quilômetros anuais, alcançando uma área com governança que apresenta desmatamento quase nulo de 0.4% (9.6% de cobertura florestal), sendo a zona com menor incidência de incêndios florestais (0.8%), contribuindo para manter os 70% de bom estado de conservação da RBM.

Isto permite alta biodiversidade nos mais de 424.237 hectares sob manejo, que unidos ao bosque de dois parques nacionais conservam 730.000 hectares de floresta tropical, onde coexistem as maiores espécies de fauna da América, contabilizando-se até 11 jaguares por cada 100 Km². Além disso, investigações científicas determinaram que a espécie Caoba tem sua continuidade ambiental garantida a longo prazo graças ao manejo de baixo impacto realizado e que sua genética está inalterada em comparação com as mostras recolhidas em áreas de conservação estrita.

As ações da C&VT das comunidades florestais criaram um modelo de Governança que beneficia de maneira direta a 14.000. A segurança sobre o território permite um clima de negócios que lhes gera receita média de USD\$6 milhões anuais. Ao mesmo tempo, tais receitas geram benefícios socioeconômicos às comunidades em saúde e educação, além de 31.254 empregos somente nos últimos 10 anos.

Atualmente, conta com o maior projeto sob enfoque REDD+ da Mesoamérica, que prevê reduzir 37 milhões de toneladas de CO₂ em 30 anos, contribuindo para manter o clima e a precipitação pluvial em valores equilibrados. Este projeto, cujo objetivo é reduzir o desmatamento, é um resultado direto das ações da C&VT.





A cooperação internacional desempenha um importante papel no desenvolvimento. Entretanto, manter a certificação do FSC também forneceu um valor agregado ao modelo. A parceria conquistada e estabelecida com o Conselho Nacional de Áreas Protegidas foi de grande valia, apesar dos períodos críticos pelos quais passou, e a realização de todas as atuações sob o marco legal e técnico adequados fez com que as concessões sejam o melhor aliado do CONAP

O maior dos pilares para alcançar os resultados até o presente momento são as comunidades com sólidas organizações e com uma cultura florestal que se traduziu em um modelo defensor de seus meios de vida e, ao mesmo tempo, conservador da biodiversidade, além de resguardar seu patrimônio cultural.

Atualmente, um grupo de jovens está aprendendo a usar a tecnologia de drones para apoiar às brigadas de controle e vigilância para prevenir incêndios e detectar irregularidades nas unidades de manejo. A criação de uma rede de monitoramento formada por jovens gera inclusão e motiva a apropriação de seus territórios.

Segundo o relatório da PCIF 2017 citado anteriormente,

“a cooperação entre concessões para atividades como a manutenção de brechas corta fogo em suas fronteiras mostra um enfoque inovador, mas ao mesmo tempo arraigado, que permite enfrentar os incêndios florestais e as ameaças mais amplas através das áreas concessionadas da RBM. Em geral, as organizações que fazem parte da ACOFOP demonstraram uma grande capacidade e efetividade





para enfrentar ameaças como os incêndios florestais, refletindo uma estrutura organizacional robusta e um forte compromisso para a conservação a longo prazo dos bosques de Petén”.

Referências:

- ACOFOP-PRISMA. Evaluando la efectividad del control y prevención de incendios forestales en la Reserva de la Biósfera Maya. 2017
- CONAP-CEMEC-WCS. Décimo informe ordinario de monitoreo de la temporada de quemas-incendios. 2018





Caso 2 - Aliança Mesoamericana de Povos e Bosques - Panamá

Cándido Mezua

A princípios do século XX, a região de Emberá abarcava desde a zona do Panamá Leste até a zona da província do Darién. Nos anos 40, o povo Emberá iniciou uma gestão por um movimento pela propriedade. Mas somente em 1983 se reconhece o título de comarca sobre 40% do que se almejava do território. Dentro dos 60% que ficaram excluídos, começou-se a criar movimentos territoriais. Primeiro se utilizou a figura jurídica do anexo, de maneira que os outros territórios foram anexados à comarca. Porém, como tal processo não tinha peso jurídico, foi proposto que as demais zonas excluídas fossem reconhecidas como propriedades coletivas. É nesse momento que começam a estabelecer-se dois níveis: um sob o esquema legal de comarca e outro sob o enfoque jurídico de propriedade coletiva.

A comarca é criada e somente 40 comunidades desenvolvem sua estrutura normativa. As restantes seguem em seu esforço pela manutenção de uma estrutura jurídica similar à da comarca, mas com critérios diferentes no que concerne ao uso da terra. Isso se dá devido a que os povos, por sua identidade, são similares em todas as suas formas culturais, mas no que diz respeito ao espaço territorial ou de norma jurídica que regulamentam seu espaço, possuem estratégias distintas de atuação sobre o controle e a vigilância territorial.

O desejo territorial indígena sempre foi definido por limites denominados *Doyá*, que é mais amplo do que era o território Emberá, representando toda a região como nação, mas pouco respeitada por grandes proprietários





locais. Isso muda com a chegada do governo militar de Ríos, que lhes dá certo alívio para que direitos territoriais possam pelo menos ser considerados, de maneira que a primeira comarca é criada.

Entretanto, as comarcas são criadas sob um regime constitucional legal no qual se reconhece o direito territorial, de propriedade e de identidade cultural, mas que as limita nos processos de gestão de desenvolvimento. O Estado as cria, mas não lhes dá os recursos para sua delimitação, para seu desenvolvimento. Em vez disso, tudo deve ser feito de acordo com as instituições estatais e não através das instituições próprias do território.

Sobre os outros territórios nas propriedades coletivas, a situação é ainda mais conflitante, pois, apesar de haver uma lei de 2008 que dispõe que o Estado pode demandar uma legalização imediata dos territórios coletivos, desde então até os dias atuais, foram legalizados no máximo cinco territórios e faltam mais de aproximadamente 11% do território nacional. Isso demonstra uma falta de interesse político para poder titular os territórios indígenas no Panamá.

O fato de haver um âmbito constitucional é a primeira conquista para que exista um reconhecimento positivo do âmbito do direito da população indígena, o que vem mantendo tais territórios conservados, já que todas as áreas florestais do país, 76% representa ou coincide com territórios indígenas legalizados e reconhecidos como comarcas, propriedades coletivas e outras, que ainda são definidas pelas comunidades, mesmo quando estas não detêm propriedade coletiva reconhecida. Esta constitui para nós a maior conquista.





Originalmente, os líderes pensavam que a constituição da comarca, ou propriedade coletiva, era mais que suficiente para assegurar o território. Na prática não é assim, pois apesar de contar com a propriedade coletiva, é a comunidade quem deve definir seu processo de desenvolvimento em vez de criar expectativas baseadas no sistema de governo dos não indígenas para poder desenvolver-se

A lição é que a criação por si só não é suficiente para atender o futuro da geração. É preciso ir além.

O principal aliado é a comunidade. Enquanto essa unidade esteja forte, são os melhores e mais próximos aliados das autoridades, responsáveis por enfrentar as batalhas legais. Às ONGs lhes interessa gerir recursos para subsistir como organizações sem fins lucrativos e, por isso, não vão enfrentar uma batalha territorial, pois querem ficar bem ante a sociedade, ante ao governo. São, portanto, aliadas do governo mais que dos povos indígenas.

São necessários aliados que entendam a dinâmica cultural. O aliado organizativo. É o papel que cumpre a Aliança Mesoamericana dos Povos e Bosques, que apoiou fortemente o processo de luta e de litígio legal sempre que necessário e que, até onde pôde, colaborou no desenho da campanha e estratégias de incidência política. Não é somente a batalha nos juizados, mas também a batalha política que é requerida para poder convencer as autoridades de mais alto nível, mesmo quando isso não é possível. Mas a ideia é incidir politicamente para chamar a atenção de que devem retificar seus atos e poder então apoiar os processos que estejam estabelecendo.





A Aliança Mesoamericana reúne organizações e alianças similares à do Congresso de Terá, do Alto Bayán ou das terras coletivas, e são os principais parceiros que tivemos. Também citamos as organizações territoriais, similares às que compartilham membros da parceria, tais como AIME e COICA, pois são nossos principais aliados em todo o processo.

Todo esse processo iniciado na época republicana, que originalmente começou com apenas um movimento de luta por parte dos Emberá, funciona hoje como um trampolim por meio do qual se reuniram quatro territórios, três em Emberá, e somam agora quatro congressos. A definição de uma irmandade política como nação Emberá está na iniciativa das autoridades. A luta propõe que todos os esforços de conquista territorial e de identidade sejam comuns nesses territórios. Também é esperado que esses quatro territórios se unam para ter um enfoque comum na luta, já que não há recursos suficientes para que cada um possa crescer de maneira autônoma, quando todos os problemas de educação, saúde, territórios, de controle e vigilância, etc, são similares.

É uma iniciativa que já tem quatro anos, mas que vai requerer um esforço maior que quem a assuma, ou seja, a autoridade territorial em cada caso. Talvez esse seja o maior desafio: como manter uma estrutura política de unidade territorial para além de cada território legalmente reconhecido. Isso implicaria todo um processo de manejo e reconhecimento próprio como nação.





Caso 3 - Proteção da Terra Indígena Sete de Setembro

Arildo Surui- Presidente da Associação Metareilá

O povo indígena Paiter Surui de Rondônia pertence ao grupo linguístico Tupi Mondé e possui uma população de 1.400 pessoas habitando 248.147 hectares de floresta. Atualmente, possui 27 aldeias, todos em torno dos limites do território.

Inserida no estado de Rondônia e Mato Grosso, a TI Sete de Setembro é considerada de extrema relevância ecológica para conservação da biodiversidade. Além da importância devido aos recursos hídricos, a TI possui uma grande riqueza de grupos ecológicos da fauna, considerada como bioindicadores de conservação, observados durante a realização do diagnóstico da Terra Indígena e fornecendo argumentos adicionais para sua preservação. Existem raridades de espécies cinegéticas, que são uma parte importante da dinâmica das florestas tropicais por representarem uma parcela significativa da biomassa vertebrada e por incluir os grandes dispersores de sementes, cuja conservação deve ser orientada na TI.

A TI está inserida no Corredor Etnoambiental Tupi Mondé, que envolve 07 terras indígenas, 19 Reservas Extrativistas e uma Reserva Biológica, incluídas no mapa de Áreas Prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade, onde foram instituídas 900 áreas consideradas de alta relevância para a conservação e repartição de benefícios.

O Corredor Etnoambiental Tupi Mondé, que conecta as diferentes Terras Indígenas e Áreas de Conservação, tem sido apontado como uma estratégia adequada para





minimizar as perdas de espécies e de variabilidade genética associadas com o isolamento das áreas protegidas e o desenvolvimento de atividades ambientalmente e economicamente sustentáveis em terras indígenas. Na região dos corredores existem poucos estudos técnicos; das terras indígenas, apenas as Tis Sete de Setembro e Igarapé Lourdes têm estudos do meio biótico, abiótico e de etnocultura.

As ações de grileiros e invasões de fazendeiros, garimpeiros e madeireiros têm trazido sérios impactos sobre a biodiversidade e prejudicado o território indígena e os povos que habitam a região.

As terras indígenas e as Unidades de Conservação têm servido como barreira neste corredor para conter o avanço predatório do atual modelo econômico baseado na pecuária, soja, algodão, mamona, garimpo e roubo de madeira de UCs e TIs. As ações da Metareilá na região são fundamentais para diminuir os impactos na biodiversidade, promover intervenções que fortaleçam a sociedade civil no acompanhamento das políticas públicas e formulação de propostas que sejam economicamente justas e ambientalmente sustentáveis.

Como a TI Sete de Setembro fica na área de influência da BR 364, pois seus limites ficam a aproximadamente 37 km da estrada, os impactos do asfaltamento atingiram diretamente o território indígena, provocando invasões e roubo de madeira. A TI vem sofrendo invasão de madeireiros, garimpeiros, caçadores e grileiros, que roubam e causam danos ambientais.

Para coibir estes danos, a proposta é apoiar o monitoramento, a vigilância e a capacitação dos indígenas e não indígenas para que possam defender seu território.





Os trabalhos da FUNAI, Polícia Federal, IBAMA e Ministério Público Federal são insuficientes para manter a proteção desta região, classificada como de alta relevância ecológica para conservação da biodiversidade pelo Ministério do Meio Ambiente. Vale salientar que a vigilância na TI Sete de Setembro colabora com a proteção das TI Zoró, Igarapé Lourdes e Roosevelt.

O monitoramento, proteção e fiscalização dos limites e do interior da TI contribuem para assegurar a integridade do território, do povo indígena e dos seus recursos naturais. É muito importante capacitar os indígenas para que, em conjunto com os órgãos responsáveis pela proteção ou sozinhos, promovam o controle dos limites. A limpeza das picadas demarcatórias contribui para uma melhor visualização dos limites, tornando mais fácil a fiscalização.

O monitoramento e mapeamento das áreas que sofrem pressão é uma das ações executadas que auxiliam as equipes de campo a conter as invasões, roubo de madeira e outros.

É fundamental a realização das expedições quinzenais em todo o território, de modo que os fiscais que atuam em cada Posto de Fiscalização possam percorrer os limites de um Posto a outro, trocando informações e mantendo a TI livre de invasores. Nossa estratégia é viabilizar que estes fiscais mantenham a comunicação via rádio e internet com cada Posto, de modo que todos possam estar inteirados do que ocorre na região, fazendo a checagem da mudança na paisagem e combatendo as ilegalidades que causam danos ao meio ambiente. Para isto, é necessária a constante comunicação entre os Postos e a sede da Associação Metareilá, a fim de que as





denúncias no caso de invasão sejam feitas de imediato aos órgãos públicos e à imprensa.

Dentre as atividades de vigilância que ainda devem ser executadas para fortalecer nosso sistema de Governança Territorial, estão o plano de Proteção Territorial, capacitação dos recursos humanos indígenas, limpeza de picadas demarcatórias, mapeamento dos riscos, ameaças e vulnerabilidades da terra indígena, monitoramento dos pontos críticos, entre outras.





**Contribuição dos
Territórios com Mínimo
ou Nulo Desmatamento
para a Mitigação da
Mudança Climática**

TcMND





“Amazônia viva, humanidade segura”.

Johana Herrera y Pia Escobar

Com esta declaração os povos amazônicos reivindicam o papel de seus territórios e suas culturas para enfrentar os desafios da mudança climática. A cada dia se faz mais evidente que os compromissos dos países inscritos no Acordo de Paris na Conferência das Partes (COP) de 2015 não serão suficientes para combatê-la e assim evitar que o aumento da temperatura média global supere 2°C com relação aos níveis pré-industriais e, inclusive, chegar à meta de não superar 1.5°C. Por isso, o papel dos chamados agentes não estatais, dentro dos quais estão os povos indígenas, se faz ainda mais relevante e a conservação dos bosques existentes em seus territórios constitui tarefa de grande importância.

As florestas úmidas tropicais amazônicas abrangem cerca de 35% do contingente sul-americano, com uma área aproximada de 6 milhões de km², e armazenam em sua vegetação lenhosa 86.121 megatoneladas de carbono (MtC), o que representa cerca de 38% do carbono armazenado em florestas tropicais da América, África e Ásia (RAISG 2015). Além de sua importância como sumidouro de carbono, a contribuição dos bosques amazônicos para a estabilização do clima global também está dada pela regulação do ciclo hidrológico que beneficia, entre outros aspectos, a geração de rios aéreos de vapor (conhecidos como rios voadores) que transportam água e originam chuvas abundantes em regiões distantes no verão hemisférico (NOBRE 2014).

A diversidade biológica que abrigam é excepcional, sendo o segundo ecossistema, depois do Ártico, com maior vulnerabilidade às mudanças climáticas (PRÜSSMANN et





al. 2017). Portanto, a importância das florestas não apenas reside em sua contribuição à regulação do clima e pelos serviços ecossistêmicos que proveem, mas também em seu papel cultural e socioeconômico para as comunidades que as habitam (RAISG 2017).

Segundo o relatório de RAISG (2016), os territórios indígenas cobrem 28,3% (2.203.126 km²) da região amazônica, e cerca de 86% destes estão cobertos por vegetação. Aproximadamente 1,4 milhões de pessoas, pertencentes a 385 povos indígenas, habitam 2.244 territórios indígenas em diferentes etapas de reconhecimento pelos Estados da região (RAISG 2015).

De acordo com esses mesmos dados, entre 2000 e 2015, somente 8% do desmatamento total da Amazônia ocorreu em territórios indígenas, 7% dentro de áreas protegidas e 2% em áreas de sobreposição dessas duas formas de manejo. Ou seja, 83% do desmatamento se deu em locais não abarcados por ditas áreas (RAISG 2016).

Na maioria dos países da Cuenca amazônica, as porcentagens de desmatamento em TI são, em geral, baixas, até 3% em um território. No caso do Peru, Colômbia e Brasil, há um grande número de territórios indígenas com menos de 1% de desmatamento no período de 2000 a 2015 (RAISG 2016).

53% do carbono armazenado na biomassa arbórea aérea da região amazônica se encontra em áreas naturais protegidas e territórios indígenas; 12% das reservas de carbono total da região se encontram sob pressão e ameaças significativas em áreas de territórios indígenas (RAISG 2017).





Assim, a grande extensão dos territórios indígenas na região amazônica e as baixas taxas de desmatamento dentro deles evidenciam o papel preponderante dos Povos Indígenas para a mitigação das mudanças climáticas. Esses Povos conseguiram manter a floresta por meio do uso do solo com intensidade relativamente baixa, pela proteção de suas fronteiras e pelas restrições que impuseram para a exploração de recursos naturais por agentes externos (DiGIANO et al. 2016).

Nos últimos anos, a aposta da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CMNUCC) para exaltar o papel dos povos indígenas e as florestas se viu refletida na relevância que tiveram, entre outros, os temas associados aos direitos, ao Consentimento Livre, Prévio e Informado e As Salvaguardas Sociais e Ambientais sobre REDD+ (DiGIANO et al. 2016).

Apesar disso, a pouca clareza sobre a posse da terra, a falta de legislação chave que garanta plenamente seus direitos e as desigualdades históricas fizeram com que o papel dos povos indígenas na conservação do seja de todo reconhecido (DiGIANO et al. 2016).

Diversos estudos mostraram que o desmatamento bruto em territórios indígenas sem reconhecimento legal aumentou no período de 2000 a 2015, passando de 926 km², entre 2000 e 2005, a 1.501 km², entre 2010 e 2015, de acordo com RAISG (2017), que indica também o papel da posse dos territórios e das estratégias associadas a seu manejo no controle do desmatamento e, consequentemente, na manutenção dos estoques de carbono.

É necessário, portanto, avançar no reconhecimento, por parte dos Estados e da comunidade internacional, da contribuição desses grandes territórios, aos quais





chamamos de Territórios Indígenas com Mínimo ou Nulo desmatamento - TcMND, na hora de projetar políticas e incentivos associados à REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), como um dos principais mecanismos projetados pela CMNUCC, para assegurar a conservação das florestas e diminuir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Para isso, é importante gerar propostas que “vão além do carbono”, como assinalam as organizações indígenas que planejaram a proposta REDD+ Indígena Amazônico - RIA, como uma alternativa do mecanismo REDD+ que busca dar visibilidade à enorme contribuição dos territórios indígenas em termos de serviços ecossistêmicos dos quais são provedores e dos valores culturais que os sustentam.

Para avançar nesse reconhecimento, desde o ano de 2015, um conjunto de organizações indígenas e da sociedade civil vem promovendo diálogos que permitam conhecer a situação dos territórios indígenas com mínimo ou nulo desmatamento por um lado e, por outros, pensar em propostas para gerar mecanismos e incentivos que apoiem os processos e estratégias próprias de conservação dos povos indígenas na região amazônica.





Referências:

- M. DiGIANO, C. Stickler, D. Nepstad, J. Ardila, M. Becerra, M. Benavides, S. Bernadinus, T. Bezerra, E. Castro, M. Cendales, C. Chan, A. Davis, S. Irawan, S. Kandel, E. Mendoza, J. Montero, M. Osorio, J. Setiawan. 2016. Aumentando los beneficios de REDD+ para los pueblos indígenas y comunidades tradicionales a través de un enfoque jurisdiccional. Disponible em: <https://earthinnovation.org/publications/aumentando-los-beneficios-de-redd-para-los-pueblos-indigenas-y-comunidades-tradicionales-a-traves-de-un-enfoque-jurisdiccional-2/?lang=es>
- NOBRE AD, 2014, El Futuro Climático de la Amazonía, Informe de Evaluación Científica. Patrocinado por ARA, CCST-INPE y INPA. São José dos Campos, Brasil, 43p. Disponible em: <http://www.ccst.inpe.br/o-futuro-climatico-da-amazonia-relatorio-de-avaliacao-cientifica-antonio-donato-nobre/>
- PRÜSSMANN J., Suárez C. y Chaves M. 2017. Atlas de oportunidades de conservación en el bioma amazónico bajo consideraciones de cambio climático. Iniciativa Visión Amazónica. Redparques, WWF, FAO, UICN, PNUMA, 80 p., Cali (Colombia). Disponible em: <http://www.wwf.org.co/?300352/Primer-Atlas-amazonico>
- RAISG, 2015. Deforestación en la Amazonía (1970-2013). 48 págs. Disponible em: www.raisg.socioambiental.org
- RAISG, 2016. Amazonía 2016 – Áreas protegidas y territorios indígenas: deforestación 2000 - 2015. Disponible em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/es/publicacion/amazonia-2016-areas-protegidas-y-territorios-indigenas/>





- RAISG, 2017. Territorios de los pueblos indígenas amazónicos, bosques y cambio climático: análisis y opciones de política. Disponible em: https://www.amazoniasocioambiental.org/wp-content/uploads/2018/02/PolicyBrief_Span.pdf





O caso do Resguardo CMARI, Guiania, Colombia

Forest Trends

O *Resguardo Cuenca Media y Alta del Rio Irínida* (CMARI) tem uma forma de governo tradicional formado pelo Conselho de Anciãos e uma Assembleia Geral que se encarrega da administração e gestão das comunidades. Cada comunidade tem uma delimitação de terreno limitado por particularidades da paisagem e bacias hidrológicas, mas nada além disso, o que dificulta a clara percepção de quando se está adentrando um território, além de não facilitar a proteção territorial e a identidade cultural.

É por isso que se criou um Plano Estratégico, dirigido precisamente para fortalecer as práticas de governo tradicional e o controle de território. Nele estão inclusas capacitações de líderes sobre a proteção, conservação ambiental e legislação atualizada sobre administração de territórios de povos indígenas para fazer frente às constantes ameaças de um mercado globalizado. Propôs-se ainda a implementação de comitês de trabalho como apoio para o fortalecimento da estrutura de Governança Territorial.

Apesar de haver comunidades ao longo do Rio Irínida no território CMARI, não se exerce um controle otimizado sobre o território de 2.762.500 hectares com uma população de não mais de 2.700 habitantes provenientes de três povos indígenas – Nukak Macú, Puinave e Curripaco – em 17 comunidades ribeirinhas. Um território que, devido à sua riqueza, atrai o interesse econômico externo e, mesmo com a luta das comunidades por sua conservação, os mesmos líderes estão conscientes de que é preciso reestruturar o modelo de governança e implementar novas estratégias que gerem emprego dentro da comunidade, melhorando os





meios de vida, a proteção do meio ambiente, os valores e tradições.

Nesta proposta, se garante a integridade do território baseada na revitalização cultural e no sentido de pertencimento, assim como a ativação da economia comunitária por meio da venda de produtos autóctones, além da inclusão de projetos produtivos para cobrir as necessidades básicas da comunidade, de maneira que uma parte pode focar no cuidado, proteção e conservação do território e no meio ambiente.

O território é formado por uma extensa selva, na qual o nível de desmatamento e contaminação é relativamente baixo, uma vez que as comunidades se esmeraram na conservação e proteção do *Resguardo* CMARI, que tem como base uma governança territorial ancestral e vai evoluindo paralelamente com as necessidades do fortalecimento territorial.

Além da caça e da pesca, no *Resguardo* as comunidades desenvolvem uma prática agrícola itinerante, na qual trabalham a terra por estações e, uma vez que se faz a colheita, se deslocam a outros locais, esperando que os terrenos utilizados se fertilizem naturalmente. É uma forma de conservação da terra que eles aplicam há eras, sem necessidade de desmatar mais selva. Estas atividades ajudam a sustentabilidade do manejo dos ecossistemas no território e a sobrevivência desses povos indígenas.

Os líderes de CMARI propõem que, para melhorar os meios de vida da população, é preciso um conhecimento ancestral consolidado para executar os projetos e colocar em andamento uma economia comunitária que vá acompanhada de projetos produtivos, baseando-se na





implementação de comitês de trabalho em cada comunidade, executados por membros das mesmas, gerando bem-estar social, receitas e melhorias na qualidade de vida.

Como parte desse processo de sinergias entre parceiros, especialmente entre a COICA e a *Forest Trends* no âmbito do projeto AIME, iniciou-se o processo de implementação de projetos pilotos da REDD Indígena Amazônica – RIA. A partir das atividades realizadas, chegou-se à conclusão de que, dado o alto nível de conservação histórica das florestas do *Resguardo Indígena CMARI* e considerando os diversos cenários identificados, os critérios da REDD+ convencional reconhecem ou premiam florestas desmatadas e degradadas, e não necessariamente as práticas ancestrais de conservação delas por parte dos povos indígenas, como no caso desta reserva. Assim, se desenvolveu uma estratégia de sensibilização pública nacional e internacional, orientada a conseguir um alto nível de visibilidade e posicionamento desta experiência denominada “Modelo CMARI”. Como parte desta sinergia, COICA conseguiu trabalhar conjuntamente a participação do *Resguardo CMARI* na COP 20.

A extensão territorial do *Resguardo CMARI* é equivalente a 1% do território total da Colômbia. A extensão é de tal magnitude que é complexo e difícil traçar uma linha base, bem como um mapeamento cultural. Apesar disso, o importante é que, devido ao processo CMARI, a Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC) incluiu as propostas RIA em seu diálogo com o governo colombiano. Partindo do “Modelo CMARI”, se está propondo que grandes territórios indígenas conservados e sem desmatamento ou ameaças, bem como os territórios indígenas com trabalho ancestral de conservação, devem ser compreendidos nos mecanismos similares aos da REDD+ e





estar sujeitos a benefícios e compensação. Este é o foco ao qual se conseguiu visibilizar na COP 20, mediante o RIA e de acordo com informações recolhidas nas reuniões com autoridades públicas nacionais e subnacionais, buscando-se ampliar os níveis de vontade política para a implementação desse tipo de projeto, aos quais chamamos de Territórios Indígenas com Mínimo ou Nulo Desmatamento – TcMND.

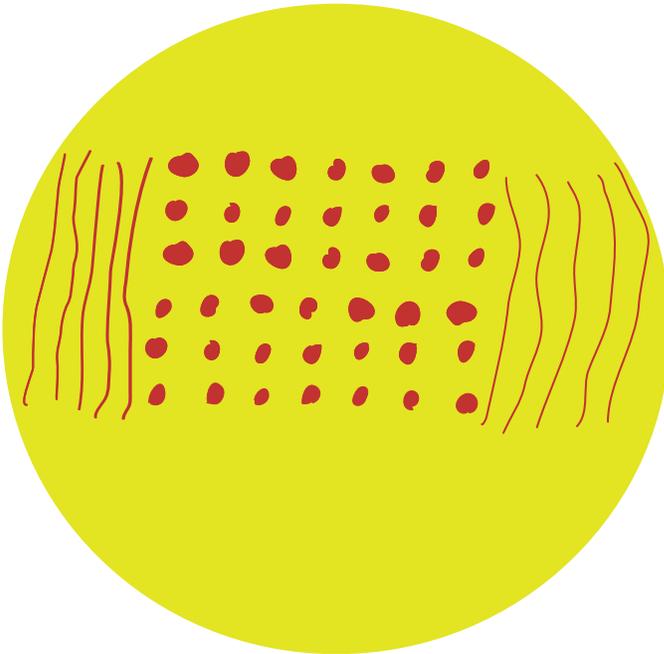
Referências:

- COICA. RIA - Modelo CMARI, sus resultados y sus perspectivas. ICCO, Forest Trends, WWF. Inirida, Colombia, 2015. Documento Técnico del Programa AIME
- OPIAC. Contribución de los resguardos indígenas de la Amazonía Colombiana con mínima o nula deforestación a la mitigación del Cambio Climático - El Modelo CMARI. Fundación Natura, Forest Trends, EII, WWF. Bogota, Colombia, 2016. Documento Técnico del Programa AIME





Enfoque Jurisdiccional





Enfoque Jurisdicional do Programa AIME

Forest Trends

As jurisdições, no âmbito focado pelo Programa AIME, são aquelas paisagens florestais tropicais que têm limites politicamente relevantes e são suficientemente grandes para incluir áreas de proteção florestal (por exemplo, a maioria dos territórios indígenas) e áreas desmatadas e/ou degradadas (por exemplo, zonas de expansão agrícola). Um território pode ser o mesmo que uma jurisdição legal; entretanto, os processos de territorialização indígena, pelo qual se reconheceram e se devolveram aos Povos Indígenas seus territórios tradicionais, põem em evidência as dificuldades de se continuar usando o conceito clássico de jurisdição.

Em alguns casos, como na Nicarágua ou no Panamá, os territórios indígenas são juridicamente autônomos e têm capacidade legal como jurisdições. Em outros casos, como no Brasil, os territórios podem ser considerados como unidades administrativas do governo nacional. E ainda, em outros casos como Guianas, de maneira que não possuem, ainda, um reconhecimento legal ou de autonomia.

É por isso que o Consórcio da AIME leva em conta as distintas perspectivas, incluídas as dos povos indígenas que requerem que as estruturas de governo não indígenas reconheçam seu direito à autonomia e autogoverno nas terras ou territórios dos quais são donos. Para eles, é mais relevante no caso do REDD+ (ou Desenvolvimento Rural de Baixas Emissões – DRBE) de qualquer estratégia de redução de emissões, já que são os donos da terra, os únicos que realmente podem enfrentar as pressões *in situ* e contribuir para reduzir o desmatamento e para mitigar





emissões. Para que se cumpram os objetivos implícitos do REDD+, é necessário que haja um mecanismo efetivo de governança a nível territorial ou da jurisdição, que por sua vez está relacionado com as políticas públicas, consenso entre agentes, acordos entre autoridades e legalidade. Entretanto, é preciso ter claro que a redução de emissões é um tema secundário comparado ao desafio da governança territorial, que inclui a existência de Planos de Vida, o fortalecimento de seu autogoverno e autonomia, o fortalecimento de sua economia própria, etc.

Além desses esforços, outras iniciativas podem ser fontes de lições aprendidas para o desenvolvimento de programas de REDD+ em escala nacional e subnacional, como os do Enfoque REDD+ jurisdicional, cujo objetivo é conseguir a redução de emissões de GEE pelo desmatamento e degradação das florestas e aumentar a absorção de carbono. Em vários países, mesmo que os Estados possam estar interessados em um Enfoque Jurisdicional, são relutantes em fazer avançar políticas ou mesmo em se reunir com comunidades e organizações indígenas se a certeza de que terão recursos para REDD+, tal como no caso da Colômbia e, em certa medida, no Peru e no Brasil.

O enfoque jurisdicional REDD+, ou DRBE, oferece novas oportunidades para povos indígenas que tiveram dificuldades em validar projetos voluntários ou como parte de processos nacionais de REDD+, já que permite às jurisdições tanto o acesso a financiamento aninhados dentro de sistemas nacionais como o traçar e implementar políticas públicas, as quais regularmente se encontram fora do alcance de projetos voluntários. Além disso, o enfoque jurisdicional facilita a abertura de espaços de diálogo entre múltiplos agentes a nível de território e a criação de novas





plataformas de negociação. Inclusive, os programas de REDD+ jurisdicional se orientam não somente na redução de emissões, mas também na melhoria das condições sociais e ambientais da jurisdição, a partir de uma proposta mais ambiciosa de desenvolvimento rural de baixas emissões

E é graças a esta proposta tão ambiciosa que existe a necessidade de criação de processos participativos, nos quais sejam incluídos os agentes públicos e privados, e é aí onde o Enfoque Jurisdicional permite que comunidades e povos indígenas possam ter um maior nível de incidência política, visibilizar sua problemática e exigir direitos.

A longo prazo, o Enfoque Jurisdicional pode representar uma nova forma de participação na gestão pública, para ir encontrando mecanismos de solução às tensões ou conflitos que afetam a governança territorial e a criar espaços para novos vínculos.

É claro que REDD+, na imensa maioria dos casos, não é um recurso suficientemente relevante, genuíno e de longo prazo para resolver os problemas dos territórios indígenas, mas o Enfoque Jurisdicional, ao criar encontros e diálogos entre a jurisdição – leia-se governo nacional, estadual ou municipal – e os povos indígenas, cria a oportunidade para que a jurisdição empreenda outras políticas públicas, sociais e econômicas que vão além do REDD+

Referências:

- Consorcio Programa AIME. La relación entre el Enfoque Jurisdiccional para la Mitigación del Cambio Climático y la Gobernanza Territorial Indígena en América Latina. Chiapas, Mexico. 2015. Documento Técnico del Programa AIME





**Programa de Formação em
Governança Territorial Indígena
PFGTI**





Programa de Formação em Governança Territorial Indígena: "Territórios ancestrais em um mundo mutável"

María Fernanda Jaramillo – WWF Colombia

A iniciativa de projetar e promover um programa de Formação em Governança Territorial Indígena para líderes – homens e mulheres – de organizações de diversos países da região latino-americana nasceu no contexto do Consórcio AIME. A ideia foi se consolidando através da participação de uma grande diversidade de agentes no processo de planejamento, durante os anos 2015 e 2016, e da liderança de sete organizações indígenas, quatro universidades e organizações parceiras como Forest Trends e WWF para a efetivação do Programa com o primeiro grupo de estudantes no Brasil, Colômbia, Equador e Peru, durante 2017 e 2018.

A proposta, desde o início, foi desenvolver um programa de formação que permitisse deixar instalada uma oferta educativa de longo prazo com um esboço básico que possa ajustar-se às condições particulares de cada contexto; uma proposta educativa que fortalecesse as agendas particulares de cada contexto das comunidades e as organizações indígenas participantes.

O Programa busca contribuir para o fortalecimento da governança em territórios indígenas da América Latina através do desenvolvimento das capacidades requeridas pelas comunidades, povos e nacionalidades indígenas para exercer uma liderança fundada no reconhecimento das diferenças de gênero e idade, caracterizado por um alto compromisso ético, solidário e de pertencimento, baseado no serviço às comunidades e na orientação dos mais velhos, para contribuir com respostas concretas a novos problemas e desafios no diagnóstico, planejamento e gestão do território. A partir de um enfoque de direitos, o programa está projetado para fortalecer quatro dimensões





da governança territorial: a dimensão cultural, a política, a econômica e a social.

Se dirige a homens e mulheres indígenas que vivam em seus territórios e que tenham responsabilidade, interesse e compromisso com suas comunidades. São pessoas com claro perfil de liderança que não necessariamente tenham um cargo no momento de ingressar no programa de formação. O programa trouxe novas vozes à governança territorial por meio de duas estratégias na convocatória: de um lado, os participantes devem ser membros de comunidades indígenas – um público normalmente não focalizado nas ofertas educativas; de outro, a forma como a convocatória é feita possibilitou que entre 40% e 60% dos participantes em cada lugar sejam jovens e mulheres. No grupo de participante de cada comunidade deve haver ao menos uma pessoa mais velha – um sábio, pagé, conhecedor, reconhecido em sua comunidade por seus conhecimentos ancestrais, uma pessoa jovem – com potencial de ser um bom dirigente, uma mulher – jovem ou adulta, e um homem adulto – dirigente ou líder em atividade. Por razões pedagógicas, os grupos de cada promoção devem ter no máximo 32 participantes.

O programa se desenvolve ao longo de 17 meses: uma etapa inicial preparatória de 4 ou 5 meses para a seleção de docentes, a preparação metodológica, a definição das temáticas pontuais a serem abordadas segundo o contexto, a preparação de materiais, a identificação e preparação das comunidades a serem convidadas e a realização da convocatória e seleção de estudantes. Durante os 12 meses restantes, são realizados seis momentos presenciais e cinco interpresenciais. Considera-se “momento presencial” o conjunto de atividades pedagógicas desenvolvidas em ocasiões nas quais os participantes se reúnem na sede





do programa de formação – pode ser um lugar central ou uma das comunidades participantes no Programa. Cada momento presencial tem duração de 6 dias e ocorre a cada dois meses aproximadamente.

O processo de formação foi estruturado a partir de dez grandes temas (Marco Legal / Direitos. Território y Globalização. Desenvolvimento y Bem Viver. Governo Territorial e Comunal. Gênero e geração. Os Planos de Vida. Manejo Administrativo e financeiro. Economia indígena / Mercados. Políticas públicas e Governança. Mudança climática).

Um componente fundamental da proposta metodológica são as práticas formativas como estratégia privilegiada para a aplicação dos aprendizes. O grupo de participantes de cada comunidade deve projetar uma prática que seja significativa para o grupo que representa. Trata-se da “prática formativa” porque o processo de formulá-la e executá-la implica uma série de atividades pedagógicas que reforçam o processo de formação (análise, síntese, questionamento, comunicação entre outras). Algumas práticas serão de investigação e outras estarão mais orientadas à gestão de algum assunto comunitário ou organizativo específico; todas as práticas formativas devem estar relacionadas com os desafios e oportunidades da governança territorial indígena.

Para a preparação, implementação e continuidade do programa de formação foi definida uma estrutura organizativa ou sistema de governança que tem diversos componentes: uma coordenação ou secretaria técnica geral, um comitê pedagógico coordenador, um comitê pedagógico em cada país participante, os parceiros locais, as comunidades e os tutores, os docentes e os participantes de cada comunidade.





Embora o custo de um curso no âmbito do programa de formação possa variar de um país para outro, para a execução financeira se parte das seguintes considerações ou princípios:

- “Todos podemos”: o programa se baseia no cofinanciamento por parte de todos os agentes vinculados a ele (participantes-estudantes, comunidades e organizações que o respaldam, parceiro local implementador, integrantes dos comitês pedagógicos e coordenação geral) e o esforço compartilhado para a gestão de recursos.
 - Prevaecem as relações e atitudes de reciprocidade e colaboração.
 - Devem ser fortalecidas as ofertas logísticas locais, das organizações e comunidades: serviços de transporte, alojamento e alimentação.

Entre as estratégias orientadas para a busca de continuidade do Programa, são enfatizadas duas:

- A sistematização, entendida como a documentação e análise da implementação do programa de formação nas experiências piloto da Amazônia, com o fim de obter aprendizagens, compartilhar recomendações e realizar os ajustes necessários para posteriores promoções do programa de formação, tanto nas mesmas zonas e países quanto fora deles.
 - A identificação de impactos da formação a partir de ações de seguimento virtual e presencial para os estudantes e parceiros locais, vários meses depois de concluído o curso.





Sistematização das aprendizagens do Programa *Sharon Olaya - OPIAC*

Apresentação do Programa

O Programa de Formação em Governança Territorial Indígena (PFGTI) está dirigido a homens e mulheres indígenas que habitam seus territórios ancestrais, os quais devido à forte pressão vivida na Amazônia pela presença de empresas multinacionais, a extração mineira, a colonização e às múltiplas violências que estas dinâmicas impõem, se veem obrigados a uma constante defesa dos direitos de suas comunidades e à interação direta com empresários, organizações estatais, organizações não governamentais e agentes dos conflitos armados.

No Peru, o Programa atinge oito comunidades do povo Shipibo, localizadas nas margens do Rio Ucayali e sob a forte presença de multinacionais madeireiras e dos chamados cocaleiros, colonos que fazem parte das máfias e do nascente narcotráfico no país.

No Equador se reúnem participantes dos povos Shuar, Achuar, Kichuwa, Waorani, Shiwiar e Sapara, os quais lideraram históricas resistências diante da expansão petroleira e a exploração mineira.

Para o caso do Brasil, o programa se desenvolve no território indígena do Rio Branco, composto por oito comunidades nas quais habitam de maneira pacífica os povos Tupari, Makurap, Kanoê, Jabuti, Arauá, Arikapú e Aikanã. A violenta colonização da Amazônia brasileira e os processos de resistência pela demarcação dos territórios indígenas são características próprias da governança territorial desta zona em específico.





Colômbia está representada no âmbito do PFGTI pelos povos Inga, Pastos, Pijao, Yanacona, Quillasinga e Siona, todos eles marcados tanto pela guerra e pelo deslocamento forçado, como também por suas lutas e sua firmeza ao defender sua cultura e seu território.

Cada país conta com uma equipe base, formada por membros das organizações indígenas nacionais e zonais, instituições de educação superior, Forest Trends e outras ONGs, como WWF e Ecopore, no caso do Brasil. Este grupo de pessoas, encarregadas de coordenar as diferentes atividades do programa a nível local, é denominado Comitê Pedagógico Local (CPL) e são o coração do processo em cada um dos espaços.

Com o objetivo de orientar e acompanhar os processos técnicos do Programa em todos os espaços, conta-se com a Secretaria Técnica (ST). Quando a ST e os CPL de todos os países se reúnem para sistematizar, avaliar e planificar, representam o Comitê Pedagógico Coordenador (CPC)

Processos curriculares e didáticos

O PFGTI propõe uma grade curricular composta por oito linhas temáticas, as quais se complementam entre si e se articulam através da problematização de conceitos chave da governança territorial, tais como desenvolvimento, globalização, bem viver, autonomia, autodeterminação, gênero, planos de vida, capacidade administrativa, comunitariedade, gestão ambiental, mudanças climáticas, entre outros. São propostas metodologias participativas para o trabalho com os estudantes e a possibilidade de contextualizar os conceitos à luz de uma constante leitura da realidade.





Professores e professoras com uma destacada vida acadêmica e com experiência na caminhada com os povos indígenas fizeram parte de nossos espaços pedagógicos e geraram diálogos de saberes baseados na valorização dos conhecimentos dos povos indígenas sobre o território e seu papel determinante na conservação do bioma Amazônico.

Enfoque de sistematização

Com o objetivo de identificar os acertos, desacertos e boas práticas do processo para projetá-los como recomendações que se devem ter em conta em futuras réplicas, o PFGTI conta com um enfoque de sistematização orientado para as aprendizagens e coleta de testemunhos de mudança mais significativa. Por meio da análise documental, entrevistas, oficinas e grupos focais, se deu voz à polifonia de agentes, contextos e perspectivas presentes no Programa.

Os eixos da sistematização são: processos pedagógicos e didáticos, processos curriculares, projetos formativos, governança do programa, processos administrativos e logísticos, assim como processos políticos organizativos e territoriais. Um e outro formam a integralidade do Programa e detêm importantes aspectos como a deserção e a permanência, o enfoque de gênero, o papel das autoridades entre outros.

Espera-se que sistematização proporcione ferramentas concretas a visibilidade do Programa nos diferentes países e para sua sustentabilidade nas instituições de educação superior e organizações indígenas locais.





Impactos iniciais com relação à governança

A primeira promoção de participantes colocou em andamento as aprendizagens do Programa em suas comunidades através de iniciativas de defesa e proteção territorial. Concretamente, na comunidade Flor de Ucayali, do pueblo Shipibo, no Peru, a participação das autoridades no módulo do âmbito legal deu margem para a revisão de um contrato celebrado entre a comunidade e uma empresa madeireira. Os achados foram impressionantes. A empresa impunha cláusulas nas quais era a comunidade que seria multada pela extração excessiva e as porcentagens de lucro eram de 3% para a comunidade e de 87% para a multinacional.

De maneira similar, em todos os países se formaram comitês de controle e vigilância e foi promovida a formulação participativa de regulamentos internos nas comunidades. As atividades iterpresenciais e os projetos formativos buscavam a construção de uma ponte entre a dimensão acadêmica do programa e seu potencial pragmático para incidir e transformar a governança territorial dos povos participantes.

O empoderamento das mulheres e a ativação dos canais para sua participação comunitária é também um processo de impacto identificado nesta primeira etapa do Programa. A totalidade das participantes entrevistadas afirma que esta experiência lhes possibilitou uma visão mais global sobre as problemáticas de seu território e o reconhecimento de suas habilidades por parte da comunidade.

O PFGTI é um caminho de grande encorajamento que começou com a ativação das estruturas de governabilidade dos povos amazônicos e seu encontro ao redor de problemáticas que afetam seus territórios. Uma vez mais, a





selva amazônica e seus habitantes ancestrais fazem frente para defender a vida.





Mediadores Culturais





Programa de Formação de Mediadores Culturais em Mudanças Climáticas e Gestão Territorial - Aspectos gerais e introdutórios

Maria Barcellos – Forest Trends

A ideia do desenvolvimento de uma proposta para formação de mediadores culturais para o tema das “mudanças climáticas, florestas e gestão territorial” surgiu diante da necessidade de fomentar o desenvolvimento e fortalecimento das capacidades dos povos indígenas do corredor etnoambiental Tupi Mondé e de alguns povos do Acre em melhorar a governança de seus territórios e florestas, considerando que isso possa apoiar atividades de utilização de seus recursos naturais que façam parte dos Planos de Vida desses povos. Nesse contexto, o fato desses povos serem donos de extensos territórios florestais é algo de grande importância, especialmente considerando que tais territórios estão constante e fortemente ameaçados.

Entretanto, envolvê-los em tais processos ao sabor do que o momento oportuniza, sem a devida consideração de todas as questões que potencialmente possam limitar sua participação consciente é algo temerário. Além do grande risco de fracasso das iniciativas, os impactos sobre a vida dessas comunidades podem ser altamente negativos, transformando potenciais oportunidades em elementos desagregadores e maléficos nas relações dessas sociedades com seu meio, sua cultura e suas relações sociais.

Sabemos também que os temas dos mecanismos de redução das emissões pelo desmatamento e degradação florestal (REDD+) e pagamento por serviços ambientais (PSA) envolvem aspectos complexos. São muitas informações e conhecimentos para serem compreendidos e apropriados, não apenas científicos, mas também políticos e de economia





global. Por outro lado, devemos considerar que os povos indígenas acumulam conhecimentos sobre a natureza e seus fenômenos, desenvolvidos em suas construções cosmogônicas milenares, que podem e devem ser consideradas nas discussões sobre as ocorrências climáticas globais atuais, com seus riscos e oportunidades. A existência de saberes, conhecimentos e práticas indígenas muito elaboradas necessitam de reconhecimento e valorização em um exercício de aprendizado que promova o diálogo entre estes e o conhecimento científico.

Assim, harmonizar conhecimentos, valores e percepções da cosmogonia tradicional com conhecimentos, valores e percepções da sociedade moderna no que tange às questões em pauta não é algo simples, mas sim um grande desafio a ser enfrentado nesses tempos de grandes mudanças. Nesse contexto, é importante considerar o potencial da escola indígena como espaço de reafirmação de identidades étnicas, valorização de línguas e conhecimentos tradicionais e, ao mesmo tempo, de acesso aos jovens e suas comunidades a conhecimentos técnicos e científicos, além de toda uma gama de conhecimentos essenciais aos tempos atuais, tendo ainda em vista que:

- a escola é a única instituição do estado presente em todas as comunidades;

- os professores já são remunerados de tal forma que a proposta do programa tivesse que investir apenas na formação (considerando a integralidade dessa formação);

- a escola trabalha com a pessoa em um momento especialmente importante de seu desenvolvimento como ser humano;

- as escolas indígenas necessitam incorporar conteúdos locais e, no caso dos professores indígenas, encontrar formas práticas de ensino inspiradas nos saberes oriundos das comunidades e nos saberes e conhecimentos externos (mediação cultural);





- trabalhar com escolas e professores é algo muito valorizado pelos pais das crianças, e seu aprendizado incide também na família e na comunidade;

- as escolas indígenas no Brasil têm obrigação de ter seus PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos), os quais devem ser construídos juntamente com a comunidade. É importante ainda considerar que os jovens indígenas em idade escolar a partir da segunda fase do ensino fundamental, em um futuro muito próximo, estarão participando das decisões sobre a gestão dos territórios onde vivem e que, devidamente formados por professores preparados nos princípios da interculturalidade e interdisciplinaridade, com práticas pedagógicas adequadas que valorizem a experimentação, a pesquisa e a reflexão estimuladora de pensamentos críticos, poderão desencadear processos transformadores em suas comunidades e certamente estarão preparados para os desafios inerentes a uma gestão territorial responsável.

- potencializar o papel das escolas indígenas, instrumentalizando seus professores nas temáticas relacionadas, direta ou indiretamente, às mudanças climáticas, florestas e gestão territorial na sua interface com o potencial do desenvolvimento de uma gestão territorial responsável e sustentável dos territórios indígenas;

- desenvolver a criação coletiva de suportes pedagógicos (cartilhas, jogos etc) que apoiem o professor indígena em seu exercício cotidiano de ensino/aprendizagem com posterior seguimento e acompanhamento das atividades do professor em sala de aula;

- buscar a institucionalização dessa temática na grade curricular básica das escolas indígenas em uma ótica que harmonize e promova um diálogo de saberes entre as





percepções e conhecimentos tradicionais desses povos e os conhecimentos científicos relacionados aos temas em questão, tendo em vista a sua importância na atualidade e na gestão dos territórios indígenas, e considerando que os jovens indígenas nessa fase de escolaridade necessitam estar preparados para o enfrentamento dos desafios futuros na gestão de seus territórios. No contexto do Programa AIME diferentes experiências de formação de mediadores culturais foram desenvolvidas no Brasil, Colômbia e México. Tais experiências comungam os princípios da interculturalidade e direitos dos povos originários, sendo que cada uma apresenta suas próprias particularidades metodológicas.





A experiência do estado do Acre, Brasil

Mauro de Sousa Junior – Forest Trends

“Toda a diversidade do planeta está ligada uma a outra como a uma teia. Assim, se um ponto da teia deixa de existir, a teia se destrói”.

“O Mediador Cultural deve fortalecer a função do professor no resgate do conhecimento tradicional e no equilíbrio com o conhecimento ocidental”.

Estes são alguns dos entendimentos quanto à importância da temática das Mudanças Climáticas e do papel que o Mediador Cultural deve cumprir, construídos pelos Povos Katukina e Yawanawá e registrados em suas cartilhas, produtos das oficinas e um dos resultados deste trabalho de implementação do programa AIME no estado brasileiro do Acre.

Estes povos que fazem parte de um mesmo tronco linguístico, o Pano, viveram momentos históricos comuns, têm fortes ligações parentais, têm as mesmas lutas, mas apresentam realidades diferentes quanto ao impacto causado pela sociedade ocidental aos seus territórios. Enquanto os Yawanawá ainda usam, necessitam e têm uma extensa área de floresta onde o rio Gregório e as matas são meios de vida, transporte e ligação entre aldeia e cidade, os Katukina estão cortados pela principal autoestrada da região, a poucos quilômetros da segunda maior cidade do estado e com o sustento diretamente dependente dela. É compreensível que as sensações e resultados das mudanças climáticas sejam diversos entre eles.

Norteados pelo escopo de compreender, propor e agir, construído coletivamente através de Abordagem Comu-





nicativa que respeita a diversidade cultural e possibilita a construção do conhecimento e suas conexões, as conclusões que iniciam este relato fazem parte deste mosaico que expressa a compreensão das intenções e objetivos do programa, sua aceitação e interiorização, deixando o fértil terreno arado e semeado.

A abordagem apresenta-se de maneira hierárquica, anterior ao método e à técnica. A Abordagem Comunicativa também se encontra nos conceitos da Filosofia da Linguagem, entendendo-se que o método se limita aos procedimentos. Compreende-se, portanto, abordagem como um conjunto nem sempre harmônico de pressupostos teóricos, de princípios e de crenças, ainda que só implícitas, sobre o significado do saber tradicional, do aprender e do ensinar conteúdos deste saber (por isso mais abstrato que o método).

A Abordagem Comunicativa é uma proposta de desenvolvimento de competências e habilidades no processo de comunicação e, adaptada aos objetivos deste programa, seguiu alguns princípios como:

- as habilidades como ouvir, falar, ler e escrever são importantes, mas não determinantes no processo de construção e compreensão de conceitos;
- essa abordagem considera as variantes culturais e as situações reais da vida dos professores e formadores de opinião;
- as atividades ou tarefas são os principais meios no processo de ensino e aprendizagem. O assunto deve ser interessante e/ou necessário para os Professores Mediadores;
- ao fazer uso de textos, desenhos ou qualquer outro tipo de suporte didático e pedagógico, esses devem ser autênticos;





- a construção do conhecimento acontece através da interação entre os Mediadores e sua realidade de vida;
- o Mediador Cultural é um facilitador;
- a proficiência se desenvolve gradualmente;
- não há uma única e correta metodologia;
- a explicação dos conceitos ocorre quando essa necessidade é sentida por parte de qualquer um dos envolvidos no processo;
- o espaço de construção do conhecimento é o próprio espaço de vivência dos protagonistas, ou seja, o próprio território onde vivem.

A Abordagem Comunicativa não é, pois, uma bateria de técnicas ou um modelo de planejamento, mas sim a adoção de princípios mais amplos com o foco nos processos e maneiras específicas de como se aprende e como se ensina em determinada cultura.

A proposta de trabalho pauta-se no entendimento que o programa apresentado é um processo de compreensão, construtor de propostas e catalisador de ações, sempre em conjunto com seu povo.

A diferença de pesquisar e analisar os impactos ambientais e senti-los, apesar de não parecer haver uma grande distância, necessita de uma ponte entre os saberes para melhor compreensão e capacidade de definição de ações aos problemas. Um flanco desta batalha é o da pesquisa que se dispõe a entender o que está acontecendo e criar planos de melhorias. Em outro flanco se encontram os povos da floresta que sofrem e tentam resistir aos impactos.

O estado brasileiro do Acre abriga um dos maiores conjuntos de povos indígenas e está localizado em uma área de fronteiras amazônicas. Tem um intenso histórico de





movimentos e lutas de povos da floresta e é sede de dezenas de organizações indígenas, organizações governamentais e não governamentais, que desenvolvem trabalhos tidos como referência quanto à representação de seus povos e a defesa da floresta.

A proposta de cooperação mútua de instituições que pesquisam e analisam e instituições que representam os principais afetados pelas mudanças climáticas fortaleceu as ações do Programa de Mediadores, mas também sofreu de dificuldades, limites e fragilidades – a necessidade de trabalhar conceitos, entender as especificidades de cada público e construir estratégias coletivamente; a necessidade de estabelecer parcerias formais atestadas em termos de cooperação e adequar-se às estruturas burocráticas que regem os órgãos públicos; o esforço logístico frente à depauperada estrutura, ou total ausência dela, no que se refere à educação e a sustentabilidade no Brasil.

As mudanças climáticas estão em evidência nos grandes debates políticos mundiais e, igualmente, no dia a dia dos povos da floresta. Enquanto a ciência explica e tenta encontrar os melhores meios de amenizar os impactos, o conhecimento tradicional dos habitantes das florestas as protege como pode. A força destes povos, sua convicção de mundo e existência e sua sabedoria são forças absolutas e motores de todos os resultados que vêm sendo alcançados pelo Programa de Formação de Mediadores Culturais em Mudanças Climáticas e Gestão Territorial.





Experiência de Rondônia - Estratégias e ferramentas

Maria do Carmo Barcellos - Forest Trends

No estado brasileiro de Rondônia, a formação de mediadores culturais iniciou-se com a construção do “Manual de serviços ambientais no Corredor Tupi Mondé”, cujo objetivo era trabalhar a temática das “mudanças climáticas, florestas e gestão territorial” nessa área geográfica. Esse manual foi construído coletivamente com a participação de lideranças dos povos que vivem no mencionado corredor e consistiu no suporte orientador da formação. Ao longo de 2 anos foram realizadas 3 oficinas para um público preferencial de professores indígenas das seguintes Terras Indígenas: Igarapé Lourdes, Sete de Setembro, Zoró, Roosevelt, Kwazá do rio São Pedro, Mequéns e Rio Branco.

Tendo em vista que os jovens indígenas necessitam estar preparados para o enfrentamento dos desafios futuros, a estratégia dessa formação é desenvolver um processo que potencialize o papel das escolas indígenas em relação às questões de mudanças climáticas, florestas e gestão territorial por meio da formação de seus professores e da produção de materiais didáticos. Nesse processo, busca-se instrumentalizar os professores indígenas harmonizando e promovendo um efetivo diálogo de saberes entre os conhecimentos tradicionais desses povos e os conhecimentos científicos relacionados ao tema. Considera-se de fundamental importância que esses materiais e conteúdos sejam incorporados à grade curricular das escolas indígenas.

Esse processo vem se desenvolvendo há dois anos e, até o momento, foram realizadas 3 oficinas para professores indígenas buscando instrumentalizá-los para





trabalhar em sala de aula com a temática das mudanças climáticas, florestas e gestão territorial. A proposta de inserção da temática na grade curricular das escolas indígenas já foi aprovada nas conferências estadual e nacional de educação escolar indígena (CNEI), significando que brevemente será institucionalizada não apenas em Rondônia, mas também no restante do país.

Atualmente encontram-se em fase de construção 8 cartilhas e um jogo didático sobre mudanças climáticas, florestas e gestão territorial, nos princípios da interculturalidade e interdisciplinaridade, para as séries da segunda fase do ensino fundamental e médio. Esses materiais são específicos para cada um dos 8 povos que integram o processo de formação e deverão auxiliar o professor em suas atividades cotidianas na sala de aula.

Após o lançamento destas cartilhas serão realizadas oficinas sobre metodologias para utilização dos materiais em sala de aula. Dado o caráter interdisciplinar dos materiais, serão convidados a participarem das oficinas também os professores não indígenas que atuam nas escolas indígenas. Finalizando o processo, haverá acompanhamento e monitoramento do trabalho desenvolvido pelos professores com o objetivo de orientá-los em suas dificuldades e fortalecê-los em seus acertos.

Princípios e desafios para implementação

O programa tem como princípios a interculturalidade e os direitos de acesso aos conhecimentos e informações necessárias que permitam aos povos indígenas exercerem tomadas de decisão conscientes sobre iniciativas governamentais ou não governamentais incidentes sobre seus territórios e vidas, de acordo com a Convenção 169





da OIT e reafirmada na Declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas.

Os principais desafios estão centrados na efetiva implementação de metodologias de mediação cultural, uma vez que a maioria das escolas indígenas desenvolve práticas pedagógicas que tratam os saberes tradicionais como menos importantes.

Ao longo do desenvolvimento desta iniciativa, foi importante contar com o apoio de excelentes aliados que forneceram apoio de várias maneiras. Entre eles estão os Núcleos de Educação Escolar Indígena das CREs (Coordenações Regionais de Ensino da Secretaria Estadual de Educação), AGIR (Associação das guerreiras indígenas de Rondônia), APIZ (Associação Indígena do Povo Zoró), Associação Panderej dos Povos Gavião e Arara e Associação Indígena Doa Txató.





Programa de Mediadores Culturais na Amazônia Colombiana

Belkys Herrera - OPIAC

O programa de Mediadores Culturais na Amazônia Colombiana foi liderado pela Coordenação de Educação da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC) em parceria com a *Forest Trends*. Ao longo de três anos, foram desenvolvidos processos de formação docente e incidência comunitária sobre a mediação cultural em três departamentos amazônicos.

Em Caquetá, em parceria com o povo *Inga* e sua comunidade educativa *Yachaicury*, destacada por seu forte processo de educação própria e intercultural. Em Guainía, com o povo *Curripaco* agrupado na associação indígena de *WAYURI-JALAMI*, líder departamental na administração de sua própria educação, e no Amazonas em parceria com a *Asociación de Cabildos de Autoridades Tradicionales de La Chorrera - AZICATCH*, que se encontra em um processo de fortalecimento de seu Projeto Educativo Comunitário (PEC) e é a primeira associação a dar vida ao Enfoque Indígena Amazônico de REDD+ (RIA).

A participação comunitária, a ativação dos espaços de educação própria e de diálogo de saberes e o aprofundamento sobre as dinâmicas da cultura local, como estado ideal da mediação cultural, foram as principais ferramentas usadas nos processos de formação do programa de Mediadores Culturais.

Sobre a primeira ferramenta assinalada, é importante destacar que se trata de não focar a formação somente de professores e professoras, já que em todos os espaços foram convidados diferentes representantes da





comunidade para repensar desde o pensamento próprio, o conceito de mediador cultural e o papel de cada membro da comunidade na transmissão e construção de saberes culturais para a conservação do território e a adaptação-mitigação ante as ameaças da iminente mudança climática.

A *ativação de espaços de educação própria* consiste em trabalhar os nós da mediação cultural nos momentos de diálogo em torno à cultura presentes na vida cotidiana das comunidades focalizadas. Por exemplo, na Instituição Educativa Indígena *Inga* do Caquetá foi proposto um relato de histórias ancestrais sobre a proteção do território ao redor da *tulpa*.

Neste contexto, os anciãos e anciãs adquirem a investidura de mediadores culturais e os docentes podem fortalecer sua relação com eles e conhecer profundamente a base cultural dos povos.

No caso dos *Curripaco*, trabalhamos o tema em torno do *Mingao*, momento no qual, sob pretexto de compartilhar bebida e comida, o povo se reúne para falar sobre o estado do território e tomar importantes decisões sobre ele. No Amazonas, o processo de Mediação cultural foi semeado no mameadero e ali, sob a forte influência da coca, do tabaco e da mandioca doce, trabalhou-se o tema da mediação cultural para a proteção ambiental do território com toda a comunidade.

Nos três contextos relatados, o aprofundamento sobre as dinâmicas da cultura local se materializou na geração de exercícios de pesquisa própria sobre a tradição oral e a conservação do território em todas as suas dimensões. Esta atividade permitia analisar a mediação cultural desde sua prática em si e evidenciar as possibilidades de desenvolver o Programa existente no





território. A pesar de serem os professores e professoras os líderes deste espaço, uma vez mais se promoveu uma perspectiva comunitária e a participação ativa dos estudantes no processo de indagação.

Os resultados mais tangíveis do processo foram três cartilhas para o trabalho escolar, as quais para o caso Inga e Curripaco são a recopilação de algumas histórias da oralidade, que dão conta do vasto conhecimento sobre o território dos povos e da estreita relação de suas práticas de vida com a sustentabilidade e adaptação ante as consequências da mudança climática, cada vez mais evidentes nas comunidades. Foram propostas algumas atividades de interação com os relatos e as ilustrações foram feitas pelos meninos e meninas enquanto os avós e avós os contavam.

Para o caso de AZICATCH, no Amazonas, a cartilha está em construção e, graças à uma recente parceria com WWF Colômbia, foi realizada uma oficina de criação comunitária de material didático no qual cada uma das comunidades participantes formou um grupo de trabalho de integração para desenhar e escrever elementos de vital importância na cultura e na conservação territorial. Este material terá uma maior mediação pedagógica e interação com os estudantes.

O impacto de processo identificado é a incidência do Programa nos PEC das instituições participantes em dois sentidos principais. Por um lado, desde a sala de aula, lugar no qual os professores e professoras empreenderam novos processos de mediação, seguindo as pautas dadas nos processos de formação; por outro lado, desde a construção em si do PEC, em que se começou a incluir as características do mediador cultural no perfil dos docentes y sábios.





Ao longo desse processo, uma das principais dificuldades, que é também um desafio para todos os povos amazônicos, é a ruptura nos canais de diálogo intergerações para a transmissão dos conhecimentos ancestrais em redor do território. Foi difícil conseguir identificar essas histórias e ainda mais reativar o interesse das novas gerações nelas. Foi nos espaços culturais próprios onde se conseguiu um ambiente propício para iniciar o caminho de aproximação.

Para a coordenação de Educação da OPIAC, o Programa de Mediadores Culturais é um processo de longo alcance ao qual é necessário realizar um constante segmento e acompanhamento nos contextos onde já se deram os primeiros passos. Tudo isso com o objetivo de dinamizar o uso dos materiais escolares e incidir nos processos de gestão territorial das comunidades.





Aproximação à proposta de Mediadores Culturais Implementada em Chiapas, México

Cecilia Valencia – Pronatura Sur

A pertinência do programa de mediadores culturais no caso de Chiapas se deve ao fato de que o México é um dos 10 países com maior diversidade cultural a nível mundial, tendo em conta que existem mais de 68 grupos originários, dos quais 13 se encontram em Chiapas.

Dentro de diversas leis nacionais são reconhecidos os direitos linguísticos, o direito ao acesso à educação intercultural bilingue, assim como diversos mecanismos de fortalecimento às línguas indígenas. Entretanto, a parte legal está muito distante da realidade, já que, no melhor dos casos, foram preparados professores de fala linguística correspondente, e foram traduzidos alguns dos livros de texto gratuitos às diversas línguas indígenas, mas em nenhum dos casos se fez uma revisão ou adaptação curricular ao contexto cultural de cada um dos povos. Ao contrário, a educação bilíngue acaba sendo relegada de todos os programas de fomento educativo.

É dentro deste contexto que, quando conhecemos a proposta de educação indígena com pertinência cultural e o programa de mediadores culturais da Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC), acreditamos que seria uma grande oportunidade poder implementar uma proposta deste tipo, adaptada à realidade de Chiapas. Neste sentido, junto com a área de Educação Ambiental, do Centro de Formação para a Sustentabilidade Moxviquil, trabalhou-se uma proposta pertinente, que seria implementada por oficinairos desse espaço.





A proposta original sofreu algumas adequações que, segundo consideramos, respondiam às necessidades do contexto e que nos permitia evitar as complicações que se iam apresentando. Ao início, nos propusemos a trabalhar com docentes da região altos, onde há a presença dos grupos culturais tsotsil e tseltal, com quem em diversos momentos se implementaram estratégias bilíngues. Entretanto, durante o esboço da proposta, houve a aproximação com o Centro de Língua e Cultura Zoque, com quem combinou-se implementar um primeiro grupo de formação para docentes de Ocotepéc, que pudessem se formar nesta metodologia e que quisessem colocá-la em prática.

Em um diagnóstico com diversos líderes, verificou-se a necessidade de que se pudesse gerar um vínculo entre a comunidade e a escola, com a finalidade de se criar uma Ponte Intergerações, que permitisse às crianças e jovens aproximar-se dos saberes dos avós, enquanto se revalorizavam os conhecimentos tradicionais e se fortalecia a pertinência cultural mediante o resgate de tradições e saberes vinculados à mãe terra.

Posteriormente formou-se outro grupo de docentes da região altos, com quem se impulsionou a proposta, mas de uma maneira mais acidentada, devido às diferenças existentes entre os docentes e a Secretaria de Educação Pública.

A metodologia implementada consiste em 4 oficinas baseadas em alguns dos elementos que a OPIAC compartilhou conosco, além da incorporação de alguns exercícios e mapas das Práticas Narrativas propostas por Michael White, que servem como meio positivo para abordar de maneira coletiva a identidade do entrono comunitário.





A metodologia compreendia um tempo de trabalho em oficina participativa com docentes, na qual se vivenciava os exercícios e se desenvolvia a forma de replicá-los, e outro momento, quando os exercícios eram replicados em sala de aula.

As oficinas propostas foram:

Uma primeira oficina trabalhou a sensibilização para os professores, a fim de envolver as famílias e a comunidade na aula.

Ensaia-se a maneira de implementar uma comunidade de indagação com perguntas geradas pelas próprias crianças, com base em uma história ativadora, cujo pretexto era a aproximação dos diferentes agentes.

A segunda oficina enfocava a forma de envolver os agentes comunitários mediante a dinâmica de Testemunhos Externos, proposta pela terapia narrativa, e que tem como princípio a dicotomia entre o agente da experiência e um ouvinte (CAREY, 2003).

Para esse momento, os sábios da comunidade serão os narradores e as crianças trabalharão como ouvintes, recuperando o que consideram mais importante do que é compartilhado com eles, sobre os saberes tradicionais vinculados às suas perguntas da comunidade de indagação.

Durante a terceira oficina foram trabalhadas diversas formas de recuperar, organizar e devolver os saberes recuperados pelas crianças durante a oficina anterior. Explorou-se a importância de que a narrativa regresse às comunidades que as geraram, uma vez que dignifica a história ao mesmo tempo em que continua sendo transmitida, ao ser contada por outras vozes.





A quarta e última oficina corresponde à Sistematização do que ocorreu durante o processo, o contraste de experiências entre docentes e a forma de potencializar isto nas comunidades.

Para além das dificuldades que se enfrentaram, e que se encontram mais vinculadas a questões estruturais alheias à nossa intervenção, é importante identificar as conquistas que este programa nos proporcionou:

- Interesse dos docentes na metodologia.
- Abertura de espaços de reflexão sobre a identidade positiva da comunidade.
- Geração do vínculo comunidade-escola para equilibrar a valorização de saberes.
- Integração de outros grupos culturais ao trabalho participativo e incidência em outras áreas naturais.

Referências:

- CAREY M. and Russel, S. PRÁCTICAS CON TESTIGOS EXTERNOS: RESPUESTA A LAS PREGUNTAS MÁS FRECUENTES. Cap. 4 in Narrative therapy: responding to your questions. Adelaide: Dulwich Centre Publications. The International Journal of Narrative Therapy and Community Work, 2003, nº 1. Disponible en línea en: https://narrativepractices.com.au/attach/pdf/Carey_y_Russell_Testigos_externos.pdf





Gênero





Gênero e Governança Territorial

Forest Trends

O gênero e a geração têm grande importância na configuração dos territórios já que são motores essenciais das dinâmicas que aí ocorrem. As decisões adotadas e as políticas implementadas sobre a governança a todos os níveis influenciam na percepção dos papéis que homens e mulheres desempenham em uma comunidade, assim como em seu acesso aos direitos e recursos.

Prova disso é que em muitos territórios, como o dos Paiter Suruí no Brasil, o Plano de Vida é construído principalmente por homens a partir de uma perspectiva masculina, o que resulta em uma visão parcial sobre o território e suas dinâmicas.

Os processos participativos para originar mudanças ou tomadas de decisões deverão agregar participantes de diferentes gerações e ambos os sexos, para que, graças a seus diversos posicionamentos, pontos de vista e prioridades, estas decisões possam ser mais integrais e contribuam para a adaptabilidade e resiliência da comunidade. Embora a resistência à mudança das normas e “usos e costumes” sejam evidentes, estas diferenças e tensões de gênero são fundamentais para que determinada comunidade possa enfrentar iminentes transformações.

Uma ferramenta de grande valor para esses sistemas é o trabalho com um marco sistêmico de gênero, especialmente útil para identificar as características e relações entre gênero e geração, e entender assim suas diferentes prioridades e responsabilidades.





Graças a vários estudos e oficinas com diversos grupos de trabalho em comunidades da América Latina, foi possível identificar denominadores comuns entre eles. Um deles é a exclusão sistemática das mulheres das oportunidades de ganhar dinheiro e a exclusão dos homens de temas como saúde, nutrição e educação. Na sociedade Suruí, por exemplo, antes do contato com a sociedade não indígena, as mulheres e homens eram educados com papéis sociais claros. Agora, depois do contato ocidental, foram introduzidas ideias que geram incerteza sobre as expectativas de gênero e diferentes gerações.

Por outro lado, dependendo da zona, há fatores que impactam o desenvolvimento de territórios sadios. Em Putumayo, Colômbia, por exemplo, a predominância de regimes de masculinidade violentos vem a partir de uma criação que busca ajustar os indivíduos a modelos nos quais se espera que o homem sofra e exerça violência, a qual, pelo mesmo conceito de “masculinidade”, não é reconhecida ou admitida por parte dos homens.

Devido a seus papéis e condições de gênero, as mulheres são vulneráveis às mudanças climáticas. No Brasil, por exemplo, há uma região que está sofrendo uma seca extrema. As mulheres são forçadas a se deslocarem para mais longe em busca de água, o que as expõe ao risco de estupro e esgotamento. Entretanto, quando os cultivos se perdem devido às secas, há desgaste masculino; muitos migram em busca de outras alternativas, o que os expõe a exploração e cansaço. O fenômeno é o mesmo, mas as repercussões são muito diferentes.

Dai a importância de um enfoque de gênero integral que envolva a toda a comunidade, no qual se apoiem as transformações necessárias para uma governança





territorial mais equitativa e sustentável, em que se abram e explorem oportunidades e mudanças nas práticas e identidades masculinas. Entretanto, há grande evidência de que a mudança é apenas um membro da família que causa tensões e, por isso, há resistência contra o trabalho de gênero que envolva homens por parte de mulheres e profissionais feministas e até mesmo dos próprios homens. Aí reside o desafio de desenvolver estratégias integradoras.

É por isso que organizações e grupos de trabalho iniciaram já a conversação sobre estas linhas de ação e como implementá-las em campo. A Pronatura Sur, por exemplo, considera que seus compromissos para o trabalho institucional prometem ser transformadores, desenvolvendo uma aproximação sistemática de gênero com todos os residentes, repensando, ao mesmo tempo, o trabalho orientado às mulheres. Forest Trends, por outro lado, identificou onde se poderia valorizar e intercambiar conhecimentos relacionados com gênero e geração entre os Suruí e Yawanawa, estabelecendo um enfoque sistemático de gênero que teria repercussões nos Planos de Vida e nos Protocolos Culturais.

O desafio para a AIME foi aproveitar a motivação e ideias das organizações membro para desenvolver aproximações de gênero e geração, com a finalidade de fortalecer seu objetivo principal que é acompanhar diversos territórios indígenas da América Latina, em seus esforços para conservar as florestas e mitigar emissões devido ao desmatamento que contribuem à mudança climática. Progredir nessa transformação implica afastar-se de enfoques nos quais as considerações de gênero e geração são implementadas como atividades transversais ou adicionais ao trabalho principal, dirigidas a um grupo selecionado, ou institucionalizadas como um setor diferente do trabalho de conservação e governança.

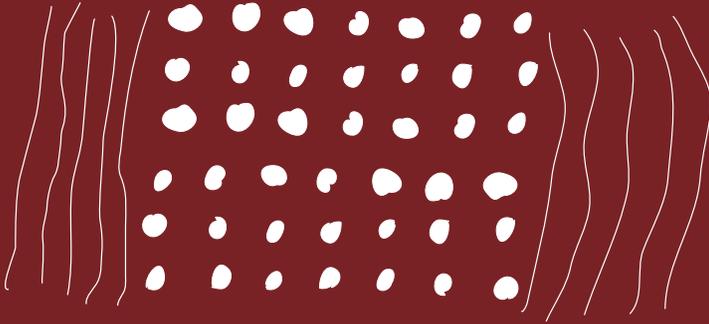




Referencias

- PAULSON, S. 2016. Reflexiones a partir del taller Género, Gobernanza y Cambio Climático. Forest Trends y Programa AIME. San Cristóbal de las Casas, México. 2016. Documento Técnico del Programa AIME





USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



**FOREST
TRENDS**

